



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
ADM 2025/2028

PREGÃO ELETRÔNICO N. 016/2026	
Processo Administrativo	17354/2025
Administração Pública Municipal	Município de Flores de Goiás - GO
Unidade Compradora	✓ Fundo Municipal de Saúde – FMS
Modalidade	Pregão - Eletrônico
Amparo Legal	Lei 14.133/2021, Art. 28, I.
Tipo	Edital
Modo de Disputa	Aberto
Registro de Preço	Não
Data de divulgação no PNCP <sup>1</sup> Data de divulgação no DOM <sup>2</sup> Data de divulgação no DOU <sup>3</sup> Data de divulgação no GAZETA <sup>4</sup> Site do Município <sup>5</sup>	04/05/2026 04/05/2026 04/05/2026 04/05/2026 04/05/2026
Data de início de recebimento das propostas	05/05/2026 às 08:00h (horário de Brasília)
Data fim de recebimento de propostas	21/05/2026 às 08:00h (horário de Brasília)
Portal	Compras.gov.br <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>
Objeto	<b>AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES A SEREM ADQUIRIDOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DE FLORES DE GOIÁS, COM SALDOS REMANESCENTES DE RECURSOS DE INVESTIMENTOS FEDERAIS.</b>
Valor total da contratação	R\$ 255.532,36 (duzentos cinquenta e cinco mil, quinhentos trinta e dois reais, trinta e seis centavos)
<b>Data da Sessão Pública</b>	<b>21/05/2026 às 08h01min (horário de Brasília)</b>
Critério de Julgamento	Menor preço por item
Preferência ME/EPP/Equiparadas	Sim
Exclusividade para ME/EPP/Equiparadas	Sim

<sup>1</sup> PNCP: Portal Nacional de Compras Públicas

<sup>2</sup> DOM: Diário Oficial dos Municípios do Estado de Goiás

<sup>3</sup> DOU: Diário Oficial da União

<sup>4</sup> GAZETA: Jornal de Grande Circulação

<sup>5</sup> Site do Município: <https://www.portal.floresdegoias.go.gov.br/>





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
ADM 2025/2028

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026**

(Processo Administrativo nº. 17354/2025)

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE FLORES DE GOIÁS**, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** e da **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** e equipe, nomeado pelo Decreto Municipal 471/2025, sediado na Praça Matriz, n. 44, Centro, CEP 73.890-000, Flores de Goiás, GO, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal 1.159/2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES A SEREM ADQUIRIDOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DE FLORES DE GOIÁS, COM SALDOS REMANESCENTES DE RECURSOS DE INVESTIMENTOS FEDERAIS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será adjudicada por item.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear por meio do instrumento de mandato/procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica autenticada, operador devidamente credenciado em qualquer empresa cadastrada Compras.gov, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: Compras.gov.br <https://www.gov.br/compras/pt-br>

2.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas cadastrada no Compras.gov, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

2.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Compras.gov.



Praça Da Matriz Nº 44 – Centro, CEP: 73890-000 – Flores De Goiás – GO.



(62) 3448-1314



[gabinete@floresdegoias.go.gov.br](mailto:gabinete@floresdegoias.go.gov.br)

CNPJ: 01.740.497/0001-47



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 2.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Compras.gov a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 2.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.9. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.10. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.11. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.11.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 2.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 2.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 2.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.11.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.11.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.11.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.12. O impedimento de que trata o item 2.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.11.2 e 2.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.15. O disposto nos itens 2.11.2 e 2.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.17. A vedação de que trata o item 2.11.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. O Critério de julgamento adotado será o menor preço do item;

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os







ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor unitário e total do item, conforme critério de julgamento definido na cláusula 3.3 deste edital;
  - 4.1.2. Marca/Modelo;
  - 4.1.3. Fabricante;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos.

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da Município e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.







ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 2,00 (dois reais)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 5.11. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
  - 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

5.20.5. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.11 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
  - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:
    - 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
    - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 7.1. Serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#) os seguintes documentos:

### HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 7.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 7.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.5. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 7.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 7.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 7.8. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.
- 7.9. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 7.10. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 7.11. Documento de identificação dos sócios, acionistas ou administrador da empresa.
- 7.12. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

### QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 7.13. A qualificação técnica será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
- 7.14. **COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO** através de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, em nome da empresa.
- 7.15. Não serão considerados atestados de capacidade técnica os emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a proponente.

### REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA



Praça Da Matriz Nº 44 – Centro, CEP: 73890-000 – Flores De Goiás – GO.



(62) 3448-1314



[gabinete@floresdegoias.go.gov.br](mailto:gabinete@floresdegoias.go.gov.br)

CNPJ: 01.740.497/0001-47



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 7.16. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- 7.17. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.18. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.19. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 7.20. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 7.21. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.22. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 7.23. Os documentos comprobatórios de regularidade fiscal, social e trabalhista poder ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

#### QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- 7.24. Certidão Negativa de pedido de Falência ou Recuperação Judicial, expedido pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data da sessão (abertura do certame).

#### OUTRAS COMPROVAÇÕES:

- 7.25. **Declarações** subscritas por representante legal do licitante, elaboradas em papel timbrado, atestando que:



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- a) Nos termos do inciso VI do artigo 68 da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações, a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- b) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas;
- c) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- e) Declaração de que está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao Município, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo, principalmente via e-mail. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial dos Municípios do Estado de Goiás;
- f) Para o caso de empresas em recuperação judicial: declaração de que está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- g) Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: declaração de que está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas;
- h) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: declaração de que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra;

7.26. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por autenticação eletrônica.

7.26.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.



Praça Da Matriz Nº 44 – Centro, CEP: 73890-000 – Flores De Goiás – GO.



(62) 3448-1314



[gabinete@floresdegoias.go.gov.br](mailto:gabinete@floresdegoias.go.gov.br)

CNPJ: 01.740.497/0001-47



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 7.27. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.28. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.29. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.30. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.31. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.32. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.32.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.33. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.33.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.34. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.35. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam no SICAF poderão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.**







ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

7.36. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.36.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.37. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.37.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.37.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.38. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.39. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.33.

7.40. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.41. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.42. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DO CONTRATO**

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação por e-mail, para assinar o Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nele fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
  - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 8.3. O contrato será assinado por meio de assinatura digital e publicado no PNCP.
- 8.4. Serão formalizadas tantos Contratos quantos forem necessárias para a contratação por todas as unidades gestoras constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do objeto, as respectivas quantidades, preços e demais condições.
- 8.5. O preço contratado, com a indicação do prestador de serviço, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência do contrato.

## **9. DOS RECURSOS**

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
  - 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Compras.gov.br <https://www.gov.br/compras/pt-br>

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;
  - 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
  - 10.1.3. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 10.1.4. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 10.1.5. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - 10.1.6. deixar de apresentar amostra;
  - 10.1.7. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 10.1.8. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 10.1.8.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 10.1.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
  - 10.1.10. fraudar a licitação
  - 10.1.11. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 10.1.11.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 10.1.11.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 10.1.11.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 10.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
  - 10.1.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência;
  - 10.2.2. multa;
  - 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.8, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.9, 10.1.10, 10.1.11, 10.1.12 e 10.1.13, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO

**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.8, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.9, 10.1.10, 10.1.11, 10.1.12 e 10.1.13, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.8 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.8, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



Praça Da Matriz Nº 44 – Centro, CEP: 73890-000 – Flores De Goiás – GO.



(62) 3448-1314



[gabinete@floresdegoias.go.gov.br](mailto:gabinete@floresdegoias.go.gov.br)

CNPJ: 01.740.497/0001-47





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: [licitacaoprefeituraflores2021@gmail.com](mailto:licitacaoprefeituraflores2021@gmail.com)
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://portal.floresdegoias.go.gov.br/>
- 12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos:
- 12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
  - 12.11.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar
  - 12.11.3. ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços
  - 12.11.4. ANEXO IV – Modelo de declarações
  - 12.11.5. ANEXO V – Modelo de declaração ME/EPP.
  - 12.11.6. ANEXO VI - Modelo de Proposta
  - 12.11.7. ANEXO VII – Modelo de Declaração de Inexistência de Vínculo

Flores de Goiás, 30 de abril de 2026.

ROSEANE  
OLIVEIRA DE  
ADORNO  
ASSIS:03040964585

Assinado digitalmente por ROSEANE  
OLIVEIRA DE ADORNO ASSIS:03040964585  
ND: C=BR, O=CP-Brasil, OU=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RF8 e  
CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=  
2001190700102, OU=Presencial, CN=  
ROSEANE OLIVEIRA DE ADORNO  
ASSIS:03040964585  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localidade: Flores de Goiás  
Fórmula: Reader Version: 2024.4.0

**ROSEANE OLIVEIRA DE ADORNO ASSIS**  
Secretária Municipal de Saúde  
Gestora do FMS  
Decreto nº 007/2025

ELAINE DOS REIS  
SILVA:04259065157

Assinado digitalmente por ELAINE DOS REIS  
SILVA:04259065157  
ND: C=BR, CN=ELAINE DOS REIS SILVA:04259065157,  
O=CP-Brasil, OU=Secretaria Municipal  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localidade:  
Data: 2026.04.30 17:25:41 -03'00'  
Fórmula: Reader Version: 2025.3.0

**ELAINE DOS REIS SILVA**  
Superintendente de Licitações e Contratos  
Decreto nº 137/2025



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
ADM 2025/2028

**ANEXO I, II e III – FAZEM PARTE DESTE EDITAL, MAS FORAM SALVOS EM ARQUIVOS SEPARADOS E NO FORMATO PDF PARA UM MELHOR ACESSO DO DOCUMENTO PELO LICITANTE.**



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
ADM 2025/2028

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES**

**DECLARAÇÃO**

A Licitante {escrever o nome ou a razão social}, inscrita no (CPF ou) CNPJ n. {escrever o número do documento CPF ou CNPJ}, ora responsável ou por seu representante legal, interessada em participar do **Pregão Eletrônico nº. 016/2026**, promovido pelo Município de Flores de Goiás, **DECLARA**, sob as penas da Lei 14.133/2021 e demais leis aplicáveis ao caso, que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- c) que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data

(assinatura)  
(nome do representante legal)



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
ADM 2025/2028

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO ME/EPP**

**DECLARAÇÃO ENQUADRAMENTO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO  
PORTE**

Referente: Edital do Pregão Eletrônico nº. 016/2025.

....., (nome da empresa) com sede na  
....., (endereço) inscrita no CNPJ sob o nº ....., vem  
por intermédio de seu representante legal *infra-assinado*, com fundamento no artigo 3º e seus  
parágrafos da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, manifestar a sua **opção pelo  
tratamento diferenciado e favorecido**, estando apta a usufruir do tratamento ali previsto.

**DECLARA** ainda, ser:

☐ **Microempresa** e não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos  
do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

☐ **Empresa de pequeno porte** e não haver nenhum dos impedimentos previstos  
nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Local e data.

(assinatura)  
(nome do representante legal)

*(Papel Timbrado da Empresa)*





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
ADM 2025/2028

**ANEXO VI - MODELO DE PROPOSTA**

*(modelo de proposta)*

**PROPOSTA DE PREÇOS**

Referente: Edital do Pregão Eletrônico nº. 016/2026.

ITEM	DESCRIÇÃO	Und.Med	Qtd	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA/MODELO /FABRICANTE
				R\$	R\$	

- a) Declaramos que se vencedora do presente certame, atenderemos todas as condições previstas no Edital e Anexos.
- b) Declaramos que nesta proposta estão incluídas todas as condições e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.
- c) Total Global (em algarismo e por extenso):
- d) Condições de Pagamento: **30 (Trinta) dias.**
- e) Validade da Proposta: **60 (sessenta) dias.**
- f) Dados da Conta Bancária:

Local e data

(ASSINATURA)  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA  
CNPJ  
NOME DO REPRESENTANTE OU PROCURADOR  
CPF

*(Papel Timbrado da Empresa)*

**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO**



Praça Da Matriz Nº 44 – Centro, CEP: 73890-000 – Flores De Goiás – GO.



(62) 3448-1314



gabinete@floresdegoias.go.gov.br

CNPJ: 01.740.497/0001-47



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
ADM 2025/2028

Referente: Edital do Pregão Eletrônico n. 016/2026.

A Licitante \_\_\_\_\_, inscrita no CPF/CNPJ sob n. \_\_\_\_\_, e Inscrição Estadual sob n. \_\_\_\_\_, com sede (endereço completo da matriz), ora responsável ou por seu representante legal (**Diretor, Gerente, Proprietário, etc.**), **DECLARA** para todos fins:

- a) **que não possui** em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
- b) **que não mantém vínculo** de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, bem como atender as demais vedações previstas no artigo 14 da Lei federal 14.133/21.

Por ser verdade, firmo a presente para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa  
CPF/CNPJ n. ....





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
ADM 2025/2028

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (artigo 18, §1º, I da LLCA)**

1.1. A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Flores de Goiás/GO identificou a necessidade de aquisição de equipamentos permanentes, mobiliários, eletroeletrônicos, equipamentos de informática, climatização, apoio diagnóstico e bens de apoio administrativo e assistencial.

1.2. A aquisição dos equipamentos destinados às unidades de saúde do município, evidenciando a necessidade de suprir a insuficiência e/ou defasagem estrutural existente, a qual pode comprometer a adequada organização dos ambientes, a eficiência das rotinas assistenciais e administrativas, bem como a qualidade da assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

1.3. Nesse contexto, a aquisição dos equipamentos permitirá o fortalecimento da estrutura física, tecnológica e operacional das unidades de saúde, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho das equipes, ampliação da capacidade operacional dos serviços e qualificação do atendimento à população. Ressalta-se que os recursos utilizados são provenientes de saldos remanescentes de Recursos Federais.

**2. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL - PCA (artigo 18, §1º, II da LLCA)**

2.1. Informamos que a Prefeitura Municipal de Flores de Goiás, ainda não elaborou o seu Plano de Contratações Anuais, de que trata o inciso VII do art. 12, da Lei 14.133/21.

**3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (artigo 18, §1º, III da LLCA)**

- Requisitos gerais:

3.1. Trata-se de aquisição de bens comuns, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O prazo de vigência será da data de assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 105 da lei 14.133/21.

- Requisitos legais:

3.3. Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratações Administrativas – LLCA;

3.4. Decreto Municipal 1.159/2024 que regulamentou a LLCA no Município de Flores de Goiás – GO;

3.5. Lei Complementar 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – se aplicável;



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
ADM 2025/2028

3.6. Demais normas aplicadas subsidiariamente elencadas acima.

- Requisitos de Sustentabilidade:

3.7. A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, naquilo que couber, e ainda:

3.7.1. Cumprir as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, se for o caso.

3.7.2. É exigido o cumprimento dos requisitos previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis disponibilizado pela AGU ([https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/agu-na-cop30/central-de-conteudos/edicao\\_2025\\_do\\_guiã\\_final\\_para\\_cop30.pdf](https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/agu-na-cop30/central-de-conteudos/edicao_2025_do_guiã_final_para_cop30.pdf)), se for o caso.

- Requisitos da Contratação:

3.8. O quantitativo/marca/modelo de cada objeto deverá constar da proposta.

3.9. Para verificação da adequação aos padrões de qualidade se faz necessário a apresentação de catálogo. A entrega do Catálogo ou fotos do produto disponibilizado pela Empresa deverá ser entregue juntamente com o orçamento, e conter as informações minimamente detalhadas e com ilustrações mostrando os principais detalhes do produto disponibilizado.

3.10. O objeto a ser contratado deverá ser entregue nas condições e padrões previstos no instrumento convocatório, seus anexos, e valores definidos, observando as orientações recebidas da Administração Pública, permitindo o acompanhamento e fiscalização desta.

3.11. Nos casos em que forem constatadas falhas, vícios aparentes ou ocultos durante a utilização normal dos produtos licitados, o fornecedor fica obrigado a substituir o produto que comprovadamente tenha revelado defeito, por item equivalente, assim considerando aquele que apresentar características técnicas iguais ou superiores aos substituídos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

3.12. O prazo de garantia do objeto, será de no mínimo 12 (doze) meses.

3.13. A entrega será em remessa única.

#### **4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E MÉMORIA DE CÁLCULO (artigo 18, §1º, IV da LLCA)**

4.1. O quantitativo foi estimado com base nas necessidades identificadas nas unidades de saúde do Município, considerando as condições atuais da infraestrutura física, do parque de equipamentos e dos bens de apoio administrativo e assistencial existentes, bem como a demanda por melhorias que assegurem condições adequadas de trabalho às equipes de saúde e a qualificação do atendimento prestado aos usuários



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
ADM 2025/2028

do Sistema Único de Saúde – SUS. A definição das quantidades visa garantir o atendimento eficiente das rotinas assistenciais e administrativas, sem gerar excessos ou insuficiências, observando critérios de planejamento, racionalidade e economicidade.

4.2. Segue abaixo a tabela dos quantitativos solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD
1	<b>Ar Condicionado Tipo split, capacidade de 18.000 BTUs</b> , inverter, apenas frio. Garantia de 12 (doze) meses pelo fabricante e do compressor de 10 (dez) anos.	UND	10
2	<b>Ar Condicionado Tipo split, capacidade de 24.000 BTUs</b> , inverter, apenas frio. Garantia de 12 (doze) meses pelo fabricante e do compressor de 10 (dez) anos.	UND	3
3	<b>Armário tipo estante</b> para estocagem de material esterilizado com as seguintes características mínimas: estrutura em aço inoxidável com, no mínimo, quatro prateleiras intermediárias ou cestos, em aço inoxidável, com capacidade de no mínimo 10 kg cada.	UND	2
4	<b>Cadeira fixa</b> , confeccionada em aço ou ferro pintado em epoxi, assento e encosto em Polipropileno.	UND	60
5	<b>Coletor de Dados Hospitalar Móvel</b> Equipamento com no mínimo: tela capacitiva multitouch de 5" com resolução de 1440x720 (HD) tela sensível e operável com uso de luva cirúrgica, vidro com proteção Gorilla Glass ou superior resistente a impacto e arranhões. CPU: Octa-core de 2GHz ou similar. Memória: 4GB de RAM e 64GB Flash. Bateria: 4000 mAh. Sistema operacional Android 11 ou superior. Câmera traseira de 13 MP. Câmera frontal de 5 MP. Apresenta leitor de código de barras 1D/2D omnidirecional. Conectividade: Wifi compatível com o padrão 802.11 a/b/g/n/ac/ax), Bluetooth 5.0, NFC, rede Cisco e segurança WPA3 Enterprise. Possui sensores como: acelerômetro, profundidade, luminosidade e giroscópio. Grau de resistência IP65, resistente a múltiplas quedas de até 1.2 metros. Comunicação: alto falante de alta potência e microfone interno. Software de gerenciamento remoto do dispositivo, gestão de bateria e controle de uso. Compatibilidade com sistemas hospitalares e integração via protocolos HL7, FHIR ou API REST. Acompanha fonte e cabo USB. Equipamento novo, sem recondicionamento ou reforma e que esteja em linha de produção pelo fabricante.	UND	2
6	<b>Caixa de Som Amplificada</b> Formato retangular; Potência RMS 80W; Bluetooth, entrada USB, SD card e sintonizador/receptor FM com controle remoto / Auxiliar - tablets, celulares, MP3, CD, DVD, TV / Microfone; Tocador de áudio digital; Voltagem bivolt; Frequência: 50/60Hz; 2 entradas independentes de microfones, equalizador 2 vias (graves/agudo).	UND	3
7	<b>Computador Portátil (Notebook)</b> O equipamento deverá estar em linha de produção pelo fabricante. Computador portátil (notebook) com processador que possua no mínimo 4 Núcleos, 8 threads e frequência de 2.4 GHz; unidade de armazenamento SSD com no mínimo 480 GB, interface PCIe NVMe M.2, memória RAM de no mínimo 16 GB, em 2 módulos idênticos de 8 GB cada, do tipo SDRAM DDR4 3000 MHz ou superior, tela LCD de 15 polegadas widescreen, anti reflexo, suportar	UND	10





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

	resolução FULL HD (1920 x 1080 pixels), retro iluminada por LED. O teclado deverá conter todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive e acentos, nas mesmas posições do teclado padrão ABNT2, mouse touchpad com 2 botões integrados, mouse óptico com conexão USB e botão de rolagem (scroll), interfaces de rede 10/100/1000 conector rj- 45 fêmea e WIFI padrão IEEE 802.11 b/g/n/ac, bluetooth mínimo 4.0. Sistema operacional Windows 11 (64 bits) PRO, bateria recarregável do tipo íon de lítio com no mínimo 4 células, fonte externa automática compatível com o item, possuir interfaces USB 2.0 e 3.0, 1 HDMI ou display port, leitor de cartão, webcam FULL HD (1080 p). Deverá vir acompanhado de maleta do tipo acolchoada, para transporte e acondicionamento do equipamento. O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento.		
8	<b>Eletrocardiógrafo</b> Aparelho eletrocardiógrafo digital, com registro de 12 derivações simultâneas, além de 1 (uma) derivação longa, impressão em papel formato A4, exportação via usb, cartão de memória ou similar, ajuste da velocidade de impressão em ao menos dois níveis (25 e 50 mm/s) e da amplitude em tres níveis (5, 10 e 20 mm/mv), transmissão para computador ou impressora via lan ou wi-fi, display colorido de no mínimo 7 polegadas, visualização simultânea dos 12 traçados de ecg, teclado touch screen (alfanuméricos e símbolos disponíveis) e botão para acesso rápido ao menu, taxa amostragem de 8000 P/S, modo de operação automática com uma única tecla, visualização do posicionamento de eletrodos, correção automática de linha de base, filtro digital para ruídos de rede elétrica e tremor muscular, impressão de 12 derivações em uma única página, identificação de sinal de marcapasso, proteção contra descarga de desfibrilador, bateria interna de lítio recarregável, alimentação elétrica bivolt automática, deve acompanhar: 01 (um) cabo paciente para ecg de 10 vias; 01 (um) cabo de força; 01 (um) tubo de gel condutor, possuir obrigatoriamente algum dos seguintes algoritmos: ecaps 12c, glasgow, veritas ou dxl. Garantia mínima de 12 meses.	UND	4
9	<b>Geladeira Capacidade mínima de 300 L</b> , 1 porta, frost free, bivolt. Garantia mínima de 12 meses.	UND	8
10	<b>Impressora Laser profissional</b> que esteja em linha de produção pelo fabricante; impressora laser com padrão de cor monocromático; resolução mínima de 1200 x 1200 DPI; velocidade de 35 páginas por minuto PPM; suportar tamanho de papel a5, a4 carta e ofício; capacidade de entrada de 200 páginas; ciclo mensal de 50.000 páginas; interface USB; permitir compartilhamento por meio e rede 10/100/100 ethernet e WIFI 802.11 b/g/n; suportar frente e verso automático; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento.	UND	4
11	<b>Liquidificador</b> - modelo industrial; capacidade mínima 5 litros; potência 1000w; rotação 3.000 rpm; copo em aço inox monobloco.	UND	8
12	<b>Mesa de cabeceira</b> com refeição acoplada, estrutura em MDF de 15mm de espessura com uma gaveta e uma porta, mesa de refeição regulável com tampo em MDF. puxadores metálicos, corredeira telescópica, dobradiça metálica, base com quatro rodízios, medidas aproximadas:- mesa de cabeceira: 40 cm x 40 cm x 80 cm, mesa de refeição: 40 cm x 60 cm; garantia minima de 12 meses.	UND	6
13	<b>Mesa Reunião Oval</b> - Semi Oval Material: MDF, Comprimento: 1.800, Largura: 1.200, Altura: 730, Características Adicionais: Pés Metálicos E Regulagem De Nível, Espessura Tampo: 25.	UND	3



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
ADM 2025/2028

14	<b>No-Break (Para Computador / Impressora)</b> que esteja em linha de produção pelo fabricante. No-break com potência nominal mínima de 1,2 kVA. Potência real mínima de 600 W. Tensão entrada 115 / 127 / 220 V(em corrente alternada) com comutação automática. Tensão de saída 110 / 115 ou 220 V (a ser definida pelo solicitante). Alarme audiovisual. Bateria interna selada. Autonomia a plena carga de, no mínimo, 15 minutos considerando consumo de 240 W. Possuir, no mínimo, seis tomadas de saída padrão brasileiro. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento.	UND	10
15	<b>Poltrona hospitalar reclinável com pistão a gás</b> , armação baixa em tubos de aço inoxidável, assento, encosto, braços e descanso para os pés integrados com movimentos independentes, estofados em espuma D-28 soft super macia e não deformável, que proporciona alto conforto e revestidos em courvin, totalmente reclinável permitindo várias posições, com acionamento de pistão a gás, pés com ponteiros fixas - capacidade de no mínimo 150 kg. Garantia mínima de 12 meses.	UND	12
16	<b>Sofá cama hospitalar de 03 lugares</b> , estrutura em tubo de aço carbono, reforçado, acabamento em pintura epóxi, com tratamento anti-ferrugem, comprimento 188 até 220 cm, capacidade mínima suportada 200kg, com assento e encosto estofados em espuma D28, revestido em courvin, deverá ser possível transformar de um sofá com 03 lugares para uma cama de solteiro. Garantia mínima de 12 meses.	UND	6
17	<b>Tablet 10 polegadas Sistema operacional Android 10.0 ou superior</b> , tela de no mínimo 10 polegadas com tecnologia LCD ou LED; Processador no mínimo octa Core 2.0 GHz ou similar; Armazenamento interno de 64GB ou superior; Deve possuir SLOT para cartão de memória microsd; Câmera traseira de no mínimo 8MP e frontal com no mínimo 5MP; Conexão USB, Wi-fi, Bluetooth e 4G. Deve possuir sistema de GPS integrado com sensores osciloscópio, giroscópio e acelerômetro.	UND	15
18	<b>Televisor led 60 polegadas</b> , tela plana, cor preta ou similar; especificações mínimas: tamanho da tela:60"; tecnologia: led, lcd ou superior (como qled, oled, nanocell, uhd), com retroiluminação em led; resolução mínima: 4k uhd (3840 x 2160 pixels); taxa de atualização mínima: 60 hz; sistema operacional: smart tv com sistema embarcado (android tv, webos, tizen ou equivalente); conectividade: wi-fi integrado e bluetooth; entradas mínimas: 3 (três) portas hdmi; 1 (uma) portas usb; 1 (uma) entrada para áudio/vídeo com posto; 1 (uma) entrada para antena rf; saída de áudio digital (óptica) e/ou hdmi arc; potência de áudio mínima: 16w (2 canais); recursos de imagem: hdr10 ou superior, upscaling para conteúdos inferiores a 4k; recursos de áudio: compatibilidade com dolby digital ou equivalente; controle remoto com acesso direto a aplicativos de streaming; compatibilidade com assistente de voz (google assistente, alexa, etc.); consumo de energia eficiente (classe A ou superior). Garantia mínima de 12 meses.	UND	3
19	<b>Ventilador Tipo Parede, Potência Motor 1/2 Cv</b> , Tensão Alimentação 127/220 V, Características adicionais: Grade Metálica, Material Aço, Diâmetro100 Cm. Garantia mínima de 12 meses.	UND	5

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO (artigo 18, §1º, inciso V da LLCA)

5.1. Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de bens comuns, não se identificam soluções alternativas relevantes no mercado além da contratação de fornecedores do ramo.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
ADM 2025/2028

5.2. Trata-se de demanda de baixa complexidade, amplamente atendida por diversos fornecedores, sendo prática já adotada pelo Município em contratações anteriores.

5.3. Assim, o levantamento de mercado quanto à prospecção de soluções mostra-se dispensável, sem prejuízo da realização de pesquisa de preços para estimativa do valor da contratação.

**6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (artigo 18, §1º, inciso VI da LLCA)**

6.1. A estimativa de contratação constante neste Estudo Técnico Preliminar será de R\$ 289.525,97 (duzentos e oitenta e nove mil, quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e sete centavos), conforme descritos na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<b>Ar Condicionado Tipo split, capacidade de 18.000 BTUs</b> , inverter, apenas frio. Garantia de 12 (doze) meses pelo fabricante e do compressor de 10 (dez) anos.	UND	10	R\$ 3.780,00	R\$ 37.800,00
02	<b>Ar Condicionado Tipo split, capacidade de 24.000 BTUs</b> , inverter, apenas frio. Garantia de 12 (doze) meses pelo fabricante e do compressor de 10 (dez) anos.	UND	3	R\$ 4.495,00	R\$ 13.485,00
03	<b>Armário tipo estante</b> para estocagem de material esterilizado com as seguintes características mínimas: estrutura em aço inoxidável com, no mínimo, quatro prateleiras intermediárias ou cestos, em aço inoxidável, com capacidade de no mínimo 10 kg cada.	UND	2	R\$ 857,03	R\$ 1.714,06
04	<b>Cadeira fixa</b> , confeccionada em aço ou ferro pintado em epoxi, assento e encosto em Polipropileno.	UND	60	R\$ 184,00	R\$ 11.040,00
05	<b>Coletor de Dados Hospitalar</b> Móvel Equipamento com no mínimo: tela capacitiva multitouch de 5" com resolução de 1440x720 (HD) tela sensível e operável com uso de luva cirúrgica, vidro com proteção Gorilla Glass ou superior resistente a impacto e arranhões. CPU: Octa-core de 2GHz ou similar. Memória: 4GB de RAM e 64GB Flash. Bateria: 4000 mAh. Sistema operacional Android 11 ou superior. Câmera traseira de 13 MP. Câmera frontal de 5 MP. Apresenta leitor de código de barras 1D/2D omnidirecional. Conectividade: Wifi compatível com o padrão 802.11 a/b/g/n/ac/ax), Bluetooth 5.0, NFC, rede Cisco e segurança WPA3 Enterprise. Possui sensores como: acelerômetro, profundidade, luminosidade e giroscópio. Grau de resistência IP65, resistente a múltiplas quedas de até 1.2 metros. Comunicação: alto falante de alta potência e microfone interno. Software de gerenciamento remoto do dispositivo, gestão de bateria e controle de uso. Compatibilidade com sistemas hospitalares e integração via protocolos HL7, FHIR ou API REST. Acompanha fonte e cabo USB. Equipamento novo, sem recondição ou reforma e que esteja em linha de produção pelo fabricante.	UND	2	R\$ 4.697,99	R\$ 9.395,98
06	<b>Caixa de Som Amplificada</b> Formato retangular; Potência RMS 80W; Bluetooth, entrada USB, SD card e sintonizador/receptor FM	UND	3	R\$ 506,00	R\$ 1.518,00



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

	com controle remoto / Auxiliar - tablets, celulares, MP3, CD, DVD, TV / Microfone; Tocador de áudio digital; Voltagem bivolt; Frequência: 50/60Hz; 2 entradas independentes de microfones, equalizador 2 vias (graves/agudo).				
07	<b>Computador Portátil (Notebook)</b> O equipamento deverá estar em linha de produção pelo fabricante. Computador portátil (notebook) com processador que possua no mínimo 4 Núcleos, 8 threads e frequência de 2.4 GHz; unidade de armazenamento SSD com no mínimo 480 GB, interface PCIe NVMe M.2, memória RAM de no mínimo 16 GB, em 2 módulos idênticos de 8 GB cada, do tipo SDRAM DDR4 3000 MHz ou superior, tela LCD de 15 polegadas widescreen, anti reflexo, suportar resolução FULL HD (1920 x 1080 pixels), retro iluminada por LED. O teclado deverá conter todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive e acentos, nas mesmas posições do teclado padrão ABNT2, mouse touchpad com 2 botões integrados, mouse óptico com conexão USB e botão de rolagem (scroll), interfaces de rede 10/100/1000 conector rj- 45 fêmea e WIFI padrão IEEE 802.11 b/g/n/ac, bluetooth mínimo 4.0. Sistema operacional Windows 11 (64 bits) PRO, bateria recarregável do tipo íon de lítio com no mínimo 4 células, fonte externa automática compatível com o item, possuir interfaces USB 2.0 e 3.0, 1 HDMI ou display port, leitor de cartão, webcam FULL HD (1080 p). Deverá vir acompanhado de maleta do tipo acolchoada, para transporte e acondicionamento do equipamento. O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento.	UND	10	R\$ 3.400,00	R\$ 34.000,00
08	<b>Eletrocardiógrafo</b> Aparelho eletrocardiógrafo digital, com registro de 12 derivações simultâneas, além de 1 (uma) derivação longa, impressão em papel formato A4, exportação via usb, cartão de memória ou similar, ajuste da velocidade de impressão em ao menos dois níveis (25 e 50 mm/s) e da amplitude em três níveis (5, 10 e 20 mm/mv), transmissão para computador ou impressora via lan ou wi-fi, display colorido de no mínimo 7 polegadas, visualização simultânea dos 12 traçados de ecg, teclado touch screen (alfanuméricos e símbolos disponíveis) e botão para acesso rápido ao menu, taxa amostragem de 8000 P/S, modo de operação automática com uma única tecla, visualização do posicionamento de eletrodos, correção automática de linha de base, filtro digital para ruídos de rede elétrica e tremor muscular, impressão de 12 derivações em uma única página, identificação de sinal de marcapasso, proteção contra descarga de desfibrilador, bateria interna de lítio recarregável, alimentação elétrica bivolt automática, deve acompanhar: 01 (um) cabo paciente para ecg de 10 vias; 01 (um) cabo de força; 01 (um) tubo de gel condutor, possuir obrigatoriamente algum dos seguintes algoritmos: ecaps 12c, glasgow, veritas ou dxl. Garantia mínima de 12 meses.	UND	4	R\$ 16.527,60	R\$ 66.110,40
09	<b>Geladeira Capacidade mínima de 300 L</b> , 1 porta, frost free, bivolt. Garantia mínima de 12 meses.	UND	8	R\$ 2.235,00	R\$ 17.880,00



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

10	<b>Impressora Laser profissional</b> que esteja em linha de produção pelo fabricante; impressora laser com padrão de cor monocromático; resolução mínima de 1200 x 1200 DPI; velocidade de 35 páginas por minuto PPM; suportar tamanho de papel a5, a4 carta e ofício; capacidade de entrada de 200 páginas; ciclo mensal de 50.000 páginas; interface USB; permitir compartilhamento por meio e rede 10/100/100 ethernet e WIFI 802.11 b/g/n; suportar frente e verso automático; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento.	UND	4	R\$ 3.100,00	R\$ 12.400,00
11	<b>Liquidificador</b> - modelo industrial; capacidade mínima 5 litros; potência 1000w; rotação 3.000 rpm; copo em aço inox monobloco.	UND	8	R\$ 625,99	R\$ 5.007,92
12	<b>Mesa de cabeceira</b> com refeição acoplada, estrutura em MDF de 15mm de espessura com uma gaveta e uma porta, mesa de refeição regulável com tampo em MDF. puxadores metálicos, corredeira telescópica, dobradiça metálica, base com quatro rodízios, medidas aproximadas:- mesa de cabeceira: 40 cm x 40 cm x 80 cm, mesa de refeição: 40 cm x 60 cm; garantia mínima de 12 meses.	UND	6	R\$ 487,55	R\$ 2.925,30
13	<b>Mesa Reunião Oval</b> - Semi Oval Material: MDF, Comprimento: 1.800, Largura: 1.200, Altura: 730, Características Adicionais: Pés Metálicos E Regulagem De Nível, Espessura Tampo: 25.	UND	3	R\$ 1.055,61	R\$ 3.166,83
14	<b>No-Break (Para Computador / Impressora)</b> que esteja em linha de produção pelo fabricante. No-break com potência nominal mínima de 1,2 kVA. Potência real mínima de 600 W. Tensão entrada 115 / 127 / 220 V(em corrente alternada) com comutação automática. Tensão de saída 110 / 115 ou 220 V (a ser definida pelo solicitante). Alarme audiovisual. Bateria interna selada. Autonomia a plena carga de, no mínimo, 15 minutos considerando consumo de 240 W. Possuir, no mínimo, seis tomadas de saída padrão brasileiro. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento.	UND	10	R\$ 820,00	R\$ 8.200,00
15	<b>Poltrona hospitalar reclinável com pistão a gás</b> , armação baixa em tubos de aço inoxidável, assento, encosto, braços e descanso para os pés integrados com movimentos independentes, estofados em espuma D-28 soft super macia e não deformável, que proporciona alto conforto e revestidos em courvin, totalmente reclinável permitindo várias posições, com acionamento de pistão a gás, pés com ponteiros fixas - capacidade de no mínimo 150 kg. Garantia mínima de 12 meses.	UND	12	R\$ 1.820,00	R\$ 21.840,00
16	<b>Sofá cama hospitalar de 03 lugares</b> , estrutura em tubo de aço carbono, reforçado, acabamento em pintura epóxi, com tratamento anti-ferrugem, comprimento 188 até 220 cm, capacidade mínima suportada 200kg, com assento e encosto estofados em espuma D28, revestido em courvin, deverá ser possível transformar de um sofá com 03 lugares para uma cama de solteiro. Garantia mínima de 12 meses.	UND	6	R\$ 2.150,00	R\$ 12.900,00
17	<b>Tablet 10 polegadas Sistema operacional Android 10.0 ou</b>	UND	15	R\$ 1.400,00	R\$ 21.000,00





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
ADM 2025/2028

	<b>superior</b> , tela de no mínimo 10 polegadas com tecnologia LCD ou LED; Processador no mínimo octa Core 2.0 GHz ou similar; Armazenamento interno de 64GB ou superior; Deve possuir SLOT para cartão de memória microsd; Câmera traseira de no mínimo 8MP e frontal com no mínimo 5MP; Conexão USB, Wi-fi, Bluetooth e 4G. Deve possuir sistema de GPS integrado com sensores osciloscópio, giroscópio e acelerômetro.				
18	<b>Televisor led 60 polegadas</b> , tela plana, cor preta ou similar; especificações mínimas: tamanho da tela:60"; tecnologia: led, lcd ou superior (como qled, oled, nanocell, uhd), com retroiluminação em led; resolução mínima: 4k uhd (3840 x 2160 pixels); taxa de atualização mínima: 60 hz; sistema operacional: smart tv com sistema embarcado (android tv, webos, tizen ou equivalente); conectividade: wi-fi integrado e bluetooth; entradas mínimas: 3 (três) portas hdmi; 1 (uma) portas usb; 1 (uma) entrada para áudio/vídeo com posto; 1 (uma) entrada para antena rf; saída de áudio digital (óptica) e/ou hdmi arc; potência de áudio mínima: 16w (2 canais); recursos de imagem: hdr10 ou superior, upscaling para conteúdos inferiores a 4k; recursos de áudio: compatibilidade com dolby digital ou equivalente; controle remoto com acesso direto a aplicativos de streaming; compatibilidade com assistente de voz (google assistente, alexa, etc.); consumo de energia eficiente (classe A ou superior). Garantia mínima de 12 meses.	UND	3	R\$ 2.526,66	R\$ 7.579,98
19	<b>Ventilador Tipo Parede, Potência Motor 1/2 Cv</b> , Tensão Alimentação 127/220 V, Características adicionais: Grade Metálica, Material Aço, Diâmetro100 Cm. Garantia mínima de 12 meses.	UND	5	R\$ 312,50	R\$ 1.562,50
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>				<b>R\$ 289.525,97</b>	

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (artigo 18, §1º, inciso VII da LLCA)

7.1. A presente contratação tem por objeto à aquisição de material permanente, sendo processada mediante Licitação na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, visto tratar-se de bens comuns cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

7.2. O critério de julgamento será o menor preço por item.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Considerando a natureza do objeto, composto por diversos itens independentes entre si, mostra-se viável e recomendável o parcelamento da contratação por itens, de modo a ampliar a competitividade, possibilitar a participação de maior número de fornecedores e obter propostas mais vantajosas para a Administração.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
ADM 2025/2028

8.2. O parcelamento não compromete a execução do objeto, tampouco gera prejuízo à padronização ou à economicidade, sendo medida que melhor atende ao interesse público.

**9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (artigo 18, §1º, inciso IX da LLCA)**

9.1. A presente contratação visa promover maior economicidade, mediante a aquisição de bens com adequada relação custo-benefício, a partir de pesquisa de preços e ampla competitividade entre fornecedores.

9.2. Busca-se, ainda, o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais, com a disponibilização de equipamentos que proporcionem maior eficiência nas rotinas administrativas e assistenciais, reduzindo retrabalho e otimizando o desempenho das equipes.

9.3. No aspecto financeiro, a utilização de saldos remanescentes de recursos federais reprogramados assegura a adequada aplicação dos recursos públicos, evitando sua ociosidade e contribuindo para o fortalecimento da estrutura das unidades de saúde.

**10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO (artigo 18, §1º, inciso X da LLCA)**

10.1. A contratação em questão não apresenta necessidade de adequação do ambiente organizacional e/ou estrutural do Município.

10.2. No entanto, será designado gestor de contrato e fiscal de contrato para acompanhamento e recebimento do objeto a ser adquirido.

**11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES (artigo 18, §1º, inciso XI da LLCA)**

11.1. Contratações interdependentes pelos processos licitatórios na modalidade Pregão Eletrônico realizados anteriormente.

**12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS (artigo 18, §1º, inciso XII da LLCA)**

12.1. Não identificados efeitos ambientais negativos de considerável relevância na contratação pretendida.

12.2. Os efeitos positivos são os já expostos em tópicos anteriores deste expediente.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
ADM 2025/2028

**13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (artigo 18, §1º, inciso XIII da LLCA)**

- 13.1. Declaro, para os devidos fins, que a presente contratação é viável e suficiente para atender as necessidades desta Secretaria.
- 13.2. Roseane Oliveira de Adorno Assis – Decreto n. 687/2026.

Flores de Goiás, Goiás, 01 de abril de 2026.

Estudo técnico elaborado por:

GEDSSICA VIEIRA  
DA  
SILVA:00973870290

Assinado digitalmente por GEDSSICA VIEIRA DA  
SILVA:00973870290  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=  
(EM BRANCO), OU=23611907000192, OU=  
videoconferencia, CN=GEDSSICA VIEIRA DA  
SILVA:00973870290  
Razão: Eu estou aprovando este documento  
Localização: Flores de Goiás  
Data: 2025.04.01 15:53:58-0300'

**GEDSSICA VIEIRA DA SILVA**  
AUXILIAR ADMINISTRATIVA - SETOR DE PLANEJAMENTO  
DECRETO N. 361/2025  
MATRÍCULA FUNCIONAL N. 5068

E aprovado por:

ROSEANE  
OLIVEIRA DE  
ADORNO  
ASSIS:03040964585

Assinado digitalmente por ROSEANE  
OLIVEIRA DE ADORNO ASSIS:03040964585  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-  
CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=  
23611907000192, OU=presencial, CN=  
ROSEANE OLIVEIRA DE ADORNO  
ASSIS:03040964585  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: Flores de Goiás  
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

**ROSEANE OLIVEIRA DE ADORNO ASSIS**  
Secretária Municipal de Saúde  
Decreto n. 687/2026

*\*Este campo de assinaturas é parte integrante e indispensável do Estudo Técnico Preliminar – ETP referente ao objeto de aquisição de equipamentos permanentes, mobiliários, eletroeletrônicos, equipamentos de informática e climatização – protocolo 17354/2025, não possuindo valor algum se utilizado separadamente.*



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES A SEREM ADQUIRIDOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DE FLORES DE GOIÁS, COM SALDOS REMANESCENTES DE RECURSOS DE INVESTIMENTOS FEDERAIS**, conforme especificações, quantidades, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTD
1	<b>Ar Condicionado Tipo split, capacidade de 18.000 BTUs</b> , inverter, apenas frio. Garantia de 12 (doze) meses pelo fabricante e do compressor de 10 (dez) anos.	-	UND	10
2	<b>Ar Condicionado Tipo split, capacidade de 24.000 BTUs</b> , inverter, apenas frio. Garantia de 12 (doze) meses pelo fabricante e do compressor de 10 (dez) anos.	-	UND	3
3	<b>Armário tipo estante</b> para estocagem de material esterilizado com as seguintes características mínimas: estrutura em aço inoxidável com, no mínimo, quatro prateleiras intermediárias ou cestos, em aço inoxidável, com capacidade de no mínimo 10 kg cada.	252015	UND	2
4	<b>Cadeira fixa</b> , confeccionada em aço ou ferro pintado em epoxi, assento e encosto em Polipropileno.	480017	UND	60
5	<b>Coletor de Dados Hospitalar</b> Móvel Equipamento com no mínimo: tela capacitiva multitouch de 5" com resolução de 1440x720 (HD) tela sensível e operável com uso de luva cirúrgica, vidro com proteção Gorilla Glass ou superior resistente a impacto e arranhões. CPU: Octa-core de 2GHz ou similar. Memória: 4GB de RAM e 64GB Flash. Bateria: 4000 mAh. Sistema operacional Android 11 ou superior. Câmera traseira de 13 MP. Câmera frontal de 5 MP. Apresenta leitor de código de barras 1D/2D omnidirecional. Conectividade: Wifi compatível com o padrão 802.11 a/b/g/n/ac/ax), Bluetooth 5.0, NFC, rede Cisco e segurança WPA3 Enterprise. Possui sensores como: acelerômetro, profundidade, luminosidade e giroscópio. Grau de resistência IP65, resistente a múltiplas quedas de até 1.2 metros. Comunicação: alto falante de alta potência e microfone interno. Software de gerenciamento remoto do dispositivo, gestão de bateria e controle de uso. Compatibilidade com sistemas hospitalares e integração via protocolos HL7, FHIR ou API REST. Acompanha fonte e cabo USB. Equipamento novo, sem recondição ou reforma e que esteja em linha de produção pelo fabricante.	-	UND	2
6	<b>Caixa de Som Amplificada</b> Formato retangular; Potência RMS 80W; Bluetooth, entrada USB, SD card e sintonizador/receptor FM com controle remoto / Auxiliar - tablets, celulares, MP3, CD, DVD, TV / Microfone; Tocador de áudio digital; Voltagem bivolt; Frequência: 50/60Hz; 2 entradas independentes de microfones, equalizador 2 vias (graves/agudo).	601777	UND	3



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

7	<b>Computador Portátil (Notebook)</b> O equipamento deverá estar em linha de produção pelo fabricante. Computador portátil (notebook) com processador que possua no mínimo 4 Núcleos, 8 threads e frequência de 2.4 GHz; unidade de armazenamento SSD com no mínimo 480 GB, interface PCIe NVMe M.2, memória RAM de no mínimo 16 GB, em 2 módulos idênticos de 8 GB cada, do tipo SDRAM DDR4 3000 MHz ou superior, tela LCD de 15 polegadas widescreen, anti reflexo, suportar resolução FULL HD (1920 x 1080 pixels), retro iluminada por LED. O teclado deverá conter todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive e acentos, nas mesmas posições do teclado padrão ABNT2, mouse touchpad com 2 botões integrados, mouse óptico com conexão USB e botão de rolagem (scroll), interfaces de rede 10/100/1000 conector rj- 45 fêmea e WIFI padrão IEEE 802.11 b/g/n/ac, bluetooth mínimo 4.0. Sistema operacional Windows 11 (64 bits) PRO, bateria recarregável do tipo íon de lítio com no mínimo 4 células, fonte externa automática compatível com o item, possuir interfaces USB 2.0 e 3.0, 1 HDMI ou display port, leitor de cartão, webcam FULL HD (1080 p). Deverá vir acompanhado de maleta do tipo acolchoada, para transporte e acondicionamento do equipamento. O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento.	480277	UND	10
8	<b>Eletrocardiógrafo</b> Aparelho eletrocardiógrafo digital, com registro de 12 derivações simultâneas, além de 1 (uma) derivação longa, impressão em papel formato A4, exportação via usb, cartão de memória ou similar, ajuste da velocidade de impressão em ao menos dois níveis (25 e 50 mm/s) e da amplitude em três níveis (5, 10 e 20 mm/mv), transmissão para computador ou impressora via lan ou wi-fi, display colorido de no mínimo 7 polegadas, visualização simultânea dos 12 traçados de ecg, teclado touch screen (alfanuméricos e símbolos disponíveis) e botão para acesso rápido ao menu, taxa amostragem de 8000 P/S, modo de operação automática com uma única tecla, visualização do posicionamento de eletrodos, correção automática de linha de base, filtro digital para ruídos de rede elétrica e tremor muscular, impressão de 12 derivações em uma única página, identificação de sinal de marcapasso, proteção contra descarga de desfibrilador, bateria interna de lítio recarregável, alimentação elétrica bivolt automática, deve acompanhar: 01 (um) cabo paciente para ecg de 10 vias; 01 (um) cabo de força; 01 (um) tubo de gel condutor, possuir obrigatoriamente algum dos seguintes algoritmos: ecaps 12c, glasgow, veritas ou dxi. Garantia mínima de 12 meses.	615383	UND	4
9	<b>Geladeira Capacidade mínima de 300 L</b> , 1 porta, frost free, bivolt. Garantia mínima de 12 meses.	-	UND	8
10	<b>Impressora Laser profissional</b> que esteja em linha de produção pelo fabricante; impressora laser com padrão de cor monocromático; resolução mínima de 1200 x 1200 DPI; velocidade de 35 páginas por minuto PPM; suportar tamanho de papel a5, a4 carta e ofício; capacidade de entrada de 200 páginas; ciclo mensal de 50.000 páginas; interface USB; permitir compartilhamento por meio e rede 10/100/100 ethernet e WIFI 802.11 b/g/n; suportar frente e verso automático; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento.	470800	UND	4
11	<b>Liquidificador</b> - modelo industrial; capacidade mínima 5 litros; potência	-	UND	8





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

	1000w; rotação 3.000 rpm; copo em aço inox monobloco.			
12	<b>Mesa de cabeceira</b> com refeição acoplada, estrutura em MDF de 15mm de espessura com uma gaveta e uma porta, mesa de refeição regulável com tampo em MDF. puxadores metálicos, corrediça telescópica, dobradiça metálica, base com quatro rodízios, medidas aproximadas:- mesa de cabeceira: 40 cm x 40 cm x 80 cm, mesa de refeição: 40 cm x 60 cm; garantia mínima de 12 meses.	-	UND	6
13	<b>Mesa Reunião Oval</b> - Semi Oval Material: MDF, Comprimento: 1.800, Largura: 1.200, Altura: 730, Características Adicionais: Pés Metálicos E Regulagem De Nível, Espessura Tampo: 25.	-	UND	3
14	<b>No-Break (Para Computador / Impressora)</b> que esteja em linha de produção pelo fabricante. No-break com potência nominal mínima de 1,2 kVA. Potência real mínima de 600 W. Tensão entrada 115 / 127 / 220 V(em corrente alternada) com comutação automática. Tensão de saída 110 / 115 ou 220 V (a ser definida pelo solicitante). Alarme audiovisual. Bateria interna selada. Autonomia a plena carga de, no mínimo, 15 minutos considerando consumo de 240 W. Possuir, no mínimo, seis tomadas de saída padrão brasileiro. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento.	-	UND	10
15	<b>Poltrona hospitalar reclinável com pistão a gás</b> , armação baixa em tubos de aço inoxidável, assento, encosto, braços e descanso para os pés integrados com movimentos independentes, estofados em espuma D-28 soft super macia e não deformável, que proporciona alto conforto e revestidos em courvin, totalmente reclinável permitindo várias posições, com acionamento de pistão a gás, pés com ponteiros fixas - capacidade de no mínimo 150 kg. Garantia mínima de 12 meses.	-	UND	12
16	<b>Sofá cama hospitalar de 03 lugares</b> , estrutura em tubo de aço carbono, reforçado, acabamento em pintura epóxi, com tratamento anti-ferrugem, comprimento 188 até 220 cm, capacidade mínima suportada 200kg, com assento e encosto estofados em espuma D28, revestido em courvin, deverá ser possível transformar de um sofá com 03 lugares para uma cama de solteiro. Garantia mínima de 12 meses.	-	UND	6
17	<b>Tablet 10 polegadas Sistema operacional Android 10.0 ou superior</b> , tela de no mínimo 10 polegadas com tecnologia LCD ou LED; Processador no mínimo octa Core 2.0 GHz ou similar; Armazenamento interno de 64GB ou superior; Deve possuir SLOT para cartão de memória microsd; Câmera traseira de no mínimo 8MP e frontal com no mínimo 5MP; Conexão USB, Wi-fi, Bluetooth e 4G. Deve possuir sistema de GPS integrado com sensores osciloscópio, giroscópio e acelerômetro.	-	UND	15
18	<b>Televisor led 60 polegadas</b> , tela plana, cor preta ou similar; especificações mínimas: tamanho da tela:60"; tecnologia: led, lcd ou superior (como qled, oled, nanocell, uhd), com retroiluminação em led; resolução mínima: 4k uhd (3840 x 2160 pixels); taxa de atualização mínima: 60 hz; sistema operacional: smart tv com sistema embarcado (android tv, webos, tizen ou equivalente); conectividade: wi-fi integrado e bluetooth; entradas mínimas: 3 (três) portas hdmi; 1 (uma) portas usb; 1 (uma) entrada para áudio/vídeo	-	UND	3



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

	com posto; 1 (uma) entrada para antena rf; saída de áudio digital (óptica) e/ou hdmi arc; potência de áudio mínima: 16w (2 canais); recursos de imagem: hdr10 ou superior, upscaling para conteúdos inferiores a 4k; recursos de áudio: compatibilidade com dolby digital ou equivalente; controle remoto com acesso direto a aplicativos de streaming; compatibilidade com assistente de voz (google assistente, alexa, etc.); consumo de energia eficiente (classe A ou superior). Garantia mínima de 12 meses.			
19	<b>Ventilador Tipo Parede, Potência Motor 1/2 Cv, Tensão Alimentação 127/220 V, Características adicionais: Grade Metálica, Material Aço, Diâmetro 100 Cm. Garantia mínima de 12 meses.</b>	607073	UND	5

1.2. Havendo eventual divergência entre o CATMAT e a descrição/especificação dos itens, prevalecerão estas últimas.

1.3. Para a presente contratação o Termo de Contrato conterà as cláusulas conforme artigo 92 da Lei 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2026, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual prazo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, finalizando com a entrega dos itens devidamente atestados e o pagamento.

1.5. Os fornecimentos deverão obedecer à registros/portarias/carimbos dos órgãos fiscalizadores responsáveis de acordo com a legislação vigente.

1.6. Para verificação da adequação aos padrões de qualidade se faz necessário a apresentação de catálogo. A entrega do Catálogo ou fotos do produto disponibilizado pela Empresa deverá ser entregue juntamente com a Proposta de Preço, e conter as informações minimamente detalhadas e com ilustrações mostrando os principais detalhes do produto disponibilizado.

1.7. O quantitativo/marca/modelo de cada material deverá constar da proposta.

1.8. Aquisição dos objetos desta licitação será adjudicada por item.

1.9. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço do item**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência quanto as especificações do objeto.

1.10. Exclusividade/Benefício ME – Microempresa/EPP – Empresa de Pequeno Porte/Equiparadas (Art. 48, Lei complementar 123/2006): aplicável.

## 2. NATUREZA DO OBJETO – DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

2.1. Trata-se de aquisição de bens comuns nos termos do Art. 6º, Inc. XIII, da Lei 14.133/2021, e enquadra-se na hipótese de licitação na modalidade pregão no formato eletrônico, com fulcro no Art. 28, Inc. I da Lei 14.133 de 2021.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*(...)*

*XIII – bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;*

*Art. 28. São modalidades de licitação:*

*I – pregão;*

### **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

3.1. Conforme Estudo Técnico Preliminar – ETP correspondente que será divulgado juntamente com esse Termo de Referência.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

4.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de material permanente, sendo processada mediante Licitação na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, visto tratar-se de bens comuns cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, em conformidade com os arts. 6º, XIII, e 28, I, da Lei 14.133/2021, garantindo a ampla competitividade entre fornecedores habilitados.

### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO, MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO**

5.1. A empresa contratada se obrigará a executar o objeto contratado, empregando material de qualidade e obedecendo rigorosamente às Normas e Especificações Técnicas, bem como qualquer instrução e regulamento complementar.

5.2. A empresa contratada deve ter responsabilidade no fornecimento do objeto licitado, garantindo que seja fornecido conforme as especificações pedidas e no padrão adequado.

5.3. A empresa contratada deverá demonstrar capacidade e se comprometer com os prazos de fornecimento do objeto licitado, mostrando boa flexibilidade e disponibilidade.

#### **Sustentabilidade**

5.4. De forma geral, exige-se da contratada, no exercício de seus misteres, responsabilidade social e ambiental; privilegiando a adoção de práticas que favoreçam a inclusão social e, de práticas que combatam o desperdício de recursos naturais e evitem danos ao meio ambiente.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

5.5. É exigido o cumprimento dos requisitos previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis disponibilizado pela AGU (<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>), se for o caso.

5.6. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- Exigir Selo Procel A ou Energy Star;
- Preferência para embalagens recicláveis;
- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos eletrônicos e embalagens;
- Incentivo ao transporte otimizado e à redução de materiais impressos.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

5.7. Na presente contratação não haverá necessidade da indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s).

#### **Da vedação de contratação de marca ou produto**

5.8. Não será vedado.

#### **Da Subcontratação**

5.9. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

5.10. Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

#### **Garantia dos produtos**

5.11. A contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia mínima estabelecida nas especificações técnicas do produto constante deste Termo de Referência, ou, pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

5.12. O início do período de garantia dar-se-á na data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos produtos.

5.13. As hipóteses de exclusão da garantia são as seguintes:

- 5.13.1. Os danos provocados por imperícia ou negligência dos usuários.
- 5.13.2. Rompimento indevido do lacre de garantia dos produtos.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 5.14. A movimentação dos produtos entre unidades da Contratante efetuado com recursos próprios NÃO exclui a garantia.
- 5.15. É de responsabilidade da CONTRATADA o ônus da prova da origem das falhas.
- 5.16. Aplicam-se subsidiariamente ao Contrato Administrativo as cláusulas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor –CDC, Lei nº 8.070 de 11 de setembro de 1990.
- 5.17. A Contratada será responsável por efetuar a qualquer tempo, dentro do prazo de garantia, e sem ônus para a Contratante, a substituição dos produtos objetos deste Termo de Referência, quando eles apresentarem defeitos de fábrica ou divergência em relação às especificações exigidas.
- 5.18. A substituição dos produtos, caso seja necessária, deverá ser efetiva em até 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação realizada pela Contratante.
- 5.19. Os itens deverão ser garantidos pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses;
- 5.20. A CONTRATADA deverá oferecer garantia quanto à responsabilidade futura, no que se refere à qualidade do produto entregue, que estiver no prazo de garantia;
- 5.21. Durante o período de garantia dos produtos a CONTRATADA deverá assumir os custos de devolução/frete.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA)**

- 6.1. O objeto licitado deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Saúde, localizada Rua 06, quadra 14, lote 06, Nova Flores, CEP: 73.890-000, Flores de Goiás – GO, no horário das 08:00 h às 11:00 h e 14:00 h às 17:00 h, dias úteis, pela Contratada, em entrega única, mediante a expedição de solicitação de fornecimento pelo Setor Competente, que será feita formalizada e entregue por meio de endereço eletrônico – e-mail previamente cadastrado pela CONTRATADA.
- 6.2. O prazo de entrega é de **10 (dez) dias úteis**, contados da solicitação pelo Departamento de Compras da Prefeitura por meio de Ordem de Compra e Serviço, em remessa única, no endereço a ser indicado na Ordem de Compra e Serviço.
- 6.2.1. Critérios de aceitação: os equipamentos serão recebidos provisoriamente, testados quanto ao funcionamento e especificações, e recebidos definitivamente após a verificação da conformidade técnica.
- 6.2.2. A entrega deverá ser realizada em dias úteis (segunda a sexta-feira, exceto feriados), nas faixas de horário compreendidas entre 8 e 11 horas e entre 14 e 17 horas.
- 6.2.2. O fornecedor ou o transportador por ele contratado deve certificar-se antecipadamente quanto a feriados locais ou alterações nos horários de expediente.





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

6.2.3. Ficará a cargo da contratada ou do transportador a descarga e movimentação do material do veículo até o local designado pelo empregado responsável pelo recebimento.

6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4.1 A contratada se responsabilizará por buscar e carregar o bem rejeitado no mesmo local em que foi entregue.

6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

1.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

1.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

1.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

1.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

1.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

1.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

1.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Fiscalização Administrativa**

1.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

1.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

1.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### **Gestor do Contrato**

1.16. Cabe ao gestor do contrato:

7.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

7.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.16.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.16.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.16.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. São obrigações da contratante:

8.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de fiscal especialmente designado;

8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, por meio de transferência bancária/pix ou cartão de pagamento.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

8.3. Designar gestor e fiscal do contrato conforme Decreto nº 1.157/2024.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.1.7. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias etc.

## **10. DAS SANÇÕES**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.3. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.4. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.5. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.6. deixar de apresentar amostra;

10.1.7. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

10.1.8. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.8.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.10. fraudar a licitação

10.1.11. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.11.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.11.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.11.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.13. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.1 e 10.1.7, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.9, 10.1.9, 10.1.10, 10.1.12 e 10.1.12, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.1 e 10.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.9, 10.1.9, 10.1.10, 10.1.12 e 10.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.1 e 10.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.7, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

10.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.15. **As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

10.16. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.17. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.18. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, ou cartão de pagamento.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

11.8.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

11.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.9.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua aplicação se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I= (6/100) / 365	I= 0,00016438
		TX = Percentual da Taxa Anual = 6%

## 12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento de proposta

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

12.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

### Exigências de habilitação

12.3. Serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#) os seguintes documentos:

#### HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.4. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 12.5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 12.6. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.7. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 12.8. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 12.9. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 12.10. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.
- 12.11. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 12.12. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 12.13. Documento de identificação dos sócios, acionistas ou administrador da empresa.
- 12.14. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 12.15. A qualificação técnica será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
- 12.16. COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO através de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, em nome da empresa.
- 12.17. Não serão considerados atestados de capacidade técnica os emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a proponente.

#### REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 12.18. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- 12.19. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
ADM 2025/2028

12.20. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.21. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.22. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.23. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.24. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.25. Os documentos comprobatórios de regularidade fiscal, social e trabalhista poder ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

#### QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

12.26. Certidão Negativa de pedido de Falência ou Recuperação Judicial, expedido pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data da sessão (abertura do certame).

#### OUTRAS COMPROVAÇÕES:

12.27. Declaração unificada, nos termos do edital.

12.28. Certidão negativa correcional da empresa e de seus sócios, abrangendo os cadastros ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM, emitida pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

12.29. Certidão emitida pelo Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

### **13. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

13.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 255.532,36 (duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e trinta e dois reais e trinta e seis centavos), conforme discriminado na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PARTICIPAÇÃO
------	-------------------------	-----	-----	----------------	-------------	--------------





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

1	<b>Ar Condicionado Tipo split, capacidade de 18.000 BTUs</b> , inverter, apenas frio. Garantia de 12 (doze) meses pelo fabricante e do compressor de 10 (dez) anos.	UND	10	R\$ 3.409,5533	R\$ 34.095,533	ME/EPP
2	<b>Ar Condicionado Tipo split, capacidade de 24.000 BTUs</b> , inverter, apenas frio. Garantia de 12 (doze) meses pelo fabricante e do compressor de 10 (dez) anos.	UND	3	R\$ 4.120,38	R\$ 12.361,14	ME/EPP
3	<b>Armário tipo estante</b> para estocagem de material esterilizado com as seguintes características mínimas: estrutura em aço inoxidável com, no mínimo, quatro prateleiras intermediárias ou cestos, em aço inoxidável, com capacidade de no mínimo 10 kg cada.	UND	2	R\$ 287,6667	R\$ 575,3334	ME/EPP
4	<b>Cadeira fixa</b> , confeccionada em aço ou ferro pintado em epoxi, assento e encosto em Polipropileno.	UND	60	R\$ 150,00	R\$ 9.000,00	ME/EPP
5	<b>Coletor de Dados Hospitalar</b> Móvel Equipamento com no mínimo: tela capacitiva multitouch de 5" com resolução de 1440x720 (HD) tela sensível e operável com uso de luva cirúrgica, vidro com proteção Gorilla Glass ou superior resistente a impacto e arranhões. CPU: Octa-core de 2GHz ou similar. Memória: 4GB de RAM e 64GB Flash. Bateria: 4000 mAh. Sistema operacional Android 11 ou superior. Câmera traseira de 13 MP. Câmera frontal de 5 MP. Apresenta leitor de código de barras 1D/2D omnidirecional. Conectividade: Wifi compatível com o padrão 802.11 a/b/g/n/ac/ax), Bluetooth 5.0, NFC, rede Cisco e segurança WPA3 Enterprise. Possui sensores como: acelerômetro, profundidade, luminosidade e giroscópio. Grau de resistência IP65, resistente a múltiplas quedas de até 1.2 metros. Comunicação: alto falante de alta potência e microfone interno. Software de gerenciamento remoto do dispositivo, gestão de bateria e controle de uso. Compatibilidade com sistemas hospitalares e integração via protocolos HL7, FHIR ou API REST. Acompanha fonte e cabo USB. Equipamento novo, sem recondição ou reforma e que esteja em linha de produção pelo fabricante.	UND	2	R\$ 5.374,33	R\$ 10.748,66	ME/EPP
6	<b>Caixa de Som Amplificada</b> Formato retangular; Potência RMS 80W; Bluetooth, entrada USB, SD card e sintonizador/receptor FM com controle remoto / Auxiliar - tablets, celulares, MP3, CD, DVD, TV / Microfone; Tocador de áudio digital; Voltagem bivolt; Frequência: 50/60Hz; 2 entradas independentes de microfones, equalizador 2 vias (graves/agudo).	UND	3	R\$ 1.036,6333	R\$ 3.109,8999	ME/EPP
7	<b>Computador Portátil (Notebook)</b> O equipamento deverá estar em linha de produção pelo fabricante. Computador portátil (notebook) com processador que possua no mínimo 4 Núcleos, 8 threads e frequência de 2.4 GHz; unidade de armazenamento SSD com no mínimo 480 GB, interface PCIe NVMe M.2, memória RAM de no mínimo 16 GB, em 2 módulos idênticos de 8 GB cada, do tipo SDRAM DDR4 3000 MHz ou superior, tela LCD de 15 polegadas widescreen, anti reflexo, suportar resolução FULL HD (1920 x 1080 pixels), retro iluminada por LED. O teclado deverá conter todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive e acentos, nas mesmas posições do teclado padrão ABNT2, mouse touchpad com 2 botões integrados,	UND	10	R\$ 2.683,3333	R\$ 26.833,333	ME/EPP



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

	mouse óptico com conexão USB e botão de rolagem (scroll), interfaces de rede 10/100/1000 conector rj- 45 fêmea e WIFI padrão IEEE 802.11 b/g/n/ac, bluetooth mínimo 4.0. Sistema operacional Windows 11 (64 bits) PRO, bateria recarregável do tipo íon de lítio com no mínimo 4 células, fonte externa automática compatível com o item, possuir interfaces USB 2.0 e 3.0, 1 HDMI ou display port, leitor de cartão, webcam FULL HD (1080 p). Deverá vir acompanhado de maleta do tipo acolchoada, para transporte e acondicionamento do equipamento. O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento.					
8	<b>Eletrocardiógrafo</b> Aparelho eletrocardiógrafo digital, com registro de 12 derivações simultâneas, além de 1 (uma) derivação longa, impressão em papel formato A4, exportacao via usb, cartao de memória ou similar, ajuste da velocidade de impressao em ao menos dois níveis (25 e 50 mm/s) e da amplitude em tres niveis (5, 10 e 20 mm/mv), transmissão para computador ou impressora via lan ou wi-fi, display colorido de no mínimo 7 polegadas, visualização simultânea dos 12 traçados de ecg, teclado touch screen (alfanuméricos e símbolos disponíveis) e botão para acesso rápido ao menu, taxa amostragem de 8000 P/S, modo de operação automática com uma única tecla, visualização do posicionamento de eletrodos, correção automática de linha de base, filtro digital para ruídos de rede elétrica e tremor muscular, impressão de 12 derivações em uma única página, identificação de sinal de marcapasso, proteção contra descarga de desfibrilador, bateria interna de lítio recarregável, alimentação elétrica bivolt automática, deve acompanhar: 01 (um) cabo paciente para ecg de 10 vias; 01 (um) cabo de força; 01 (um) tubo de gel condutor, possuir obrigatoriamente algum dos seguintes algoritmos: ecaps 12c, glasgow, veritas ou dxi. Garantia mínima de 12 meses.	UND	4	R\$ 6.725,00	R\$ 26.9000,00	ME/EPP
9	<b>Geladeira Capacidade mínima de 300 L</b> , 1 porta, frost free, bivolt. Garantia mínima de 12 meses.	UND	8	R\$ 2.493,3333	R\$ 19.946,6664	ME/EPP
10	<b>Impressora Laser profissional</b> que esteja em linha de produção pelo fabricante; impressora laser com padrão de cor monocromático; resolução mínima de 1200 x 1200 DPI; velocidade de 35 páginas por minuto PPM; suportar tamanho de papel a5, a4 carta e ofício; capacidade de entrada de 200 páginas; ciclo mensal de 50.000 páginas; interface USB; permitir compartilhamento por meio e rede 10/100/100 ethernet e WIFI 802.11 b/g/n; suportar frente e verso automático; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento.	UND	4	R\$ 2.333,3333	R\$ 9.333,3332	ME/EPP
11	<b>Liquidificador</b> - modelo industrial; capacidade mínima 5 litros; potência 1000w; rotação 3.000 rpm; copo em aço inox monobloco.	UND	8	R\$ 632,6667	R\$ 5.061,3336	ME/EPP



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

12	<b>Mesa de cabeceira</b> com refeição acoplada, estrutura em MDF de 15mm de espessura com uma gaveta e uma porta, mesa de refeição regulável com tampo em MDF. puxadores metálicos, corrediça telescópica, dobradiça metálica, base com quatro rodízios, medidas aproximadas:- mesa de cabeceira: 40 cm x 40 cm x 80 cm, mesa de refeição: 40 cm x 60 cm; garantia mínima de 12 meses.	UND	6	R\$ 1.029,90	R\$ 6.717,30	ME/EPP
13	<b>Mesa Reunião Oval</b> - Semi Oval Material: MDF, Comprimento: 1.800, Largura: 1.200, Altura: 730, Características Adicionais: Pés Metálicos E Regulagem De Nível, Espessura Tampo: 25.	UND	3	R\$ 1.433,333	R\$ 4.299,9999	ME/EPP
14	<b>No-Break (Para Computador / Impressora)</b> que esteja em linha de produção pelo fabricante. No-break com potência nominal mínima de 1,2 kVA. Potência real mínima de 600 W. Tensão entrada 115 / 127 / 220 V(em corrente alternada) com comutação automática. Tensão de saída 110 / 115 ou 220 V (a ser definida pelo solicitante). Alarme audiovisual. Bateria interna selada. Autonomia a plena carga de, no mínimo, 15 minutos considerando consumo de 240 W. Possuir, no mínimo, seis tomadas de saída padrão brasileiro. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento.	UND	10	R\$ 858,4433	R\$ 8.584,433	ME/EPP
15	<b>Poltrona hospitalar reclinável com pistão a gás</b> , armação baixa em tubos de aço inoxidável, assento, encosto, braços e descanso para os pés integrados com movimentos independentes, estofados em espuma D-28 soft super macia e não deformável, que proporciona alto conforto e revestidos em courvin, totalmente reclinável permitindo várias posições, com acionamento de pistão a gás, pés com ponteiros fixas - capacidade de no mínimo 150 kg. Garantia mínima de 12 meses.	UND	12	R\$ 2.830,8667	R\$ 33.970,4004	ME/EPP
16	<b>Sofá cama hospitalar de 03 lugares</b> , estrutura em tubo de aço carbono, reforçado, acabamento em pintura epóxi, com tratamento anti-ferrugem, comprimento 188 até 220 cm, capacidade mínima suportada 200kg, com assento e encosto estofados em espuma D28, revestido em courvin, deverá ser possível transformar de um sofá com 03 lugares para uma cama de solteiro. Garantia mínima de 12 meses.	UND	6	R\$ 2.864,7733	R\$ 17.188,6398	ME/EPP
17	<b>Tablet 10 polegadas Sistema operacional Android 10.0 ou superior</b> , tela de no mínimo 10 polegadas com tecnologia LCD ou LED; Processador no mínimo octa Core 2.0 GHz ou similar; Armazenamento interno de 64GB ou superior; Deve possuir SLOT para cartão de memória microsd; Câmera traseira de no mínimo 8MP e frontal com no mínimo 5MP; Conexão USB, Wi-fi,	UND	15	R\$ 676,00	R\$ 10.140,00	ME/EPP



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

	Bluetooth e 4G. Deve possuir sistema de GPS integrado com sensores osciloscópio, giroscópio e acelerômetro.					
18	<b>Televisor led 60 polegadas</b> , tela plana, cor preta ou similar; especificações mínimas: tamanho da tela:60"; tecnologia: led, lcd ou superior (como qled, oled, nanocell, uhd), com retroiluminação em led; resolução mínima: 4k uhd (3840 x 2160 pixels); taxa de atualização mínima: 60 hz; sistema operacional: smart tv com sistema embarcado (android tv, webos, tizen ou equivalente); conectividade: wi-fi integrado e bluetooth; entradas mínimas: 3 (três) portas hdmi; 1 (uma) portas usb; 1 (uma) entrada para áudio/vídeo com posto; 1 (uma) entrada para antena rf; saída de áudio digital (óptica) e/ou hdmi arc; potência de áudio mínima: 16w (2 canais); recursos de imagem: hdr10 ou superior, upscaling para conteúdos inferiores a 4k; recursos de áudio: compatibilidade com dolby digital ou equivalente; controle remoto com acesso direto a aplicativos de streaming; compatibilidade com assistente de voz (google assistente, alexa, etc.); consumo de energia eficiente (classe A ou superior). Garantia mínima de 12 meses.	UND	3	R\$ 3.652,6767	R\$ 10.958,0301	ME/EPP
19	<b>Ventilador Tipo Parede, Potência Motor 1/2 Cv</b> , Tensão Alimentação 127/220 V, Características adicionais: Grade Metálica, Material Aço, Diâmetro 100 Cm. Garantia mínima de 12 meses.	UND	5	R\$ 1.141,6667	R\$ 5.708,3335	ME/EPP
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>				<b>R\$ 255.532,3692</b>		

#### 14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ELEMENTO DE DESPESA
<i>Ficha: 357. Dotação: 14.05.10.302.1510.2.254.4.4.90.52.08 Fonte 109</i> <i>Ficha: 357. Dotação: 14.05.10.302.1510.2.254.4.4.90.52.33 Fonte 109</i> <i>Ficha: 340. Dotação: 14.05.10.301.1510.2.253.4.4.90.52.12 Fonte 109</i> <i>Ficha: 340. Dotação: 14.05.10.301.1510.2.253.4.4.90.52.42 Fonte 109</i> <i>Ficha: 340. Dotação: 14.05.10.301.1510.2.253.4.4.90.52.35 Fonte 109</i> <i>Ficha: 340. Dotação: 14.05.10.301.1510.2.253.4.4.90.52.08 Fonte 109</i> <i>Ficha: 340. Dotação: 14.05.10.301.1510.2.253.4.4.90.52.33 Fonte 109</i> <i>Ficha: 314. Dotação: 14.05.10.122.1510.2.250.4.4.90.52.12 Fonte 109</i> <i>Ficha: 314. Dotação: 14.05.10.122.1510.2.250.4.4.90.52.42 Fonte 109</i> <i>Ficha: 314. Dotação: 14.05.10.122.1510.2.250.4.4.90.52.35 Fonte 109</i> <i>Ficha: 314. Dotação: 14.05.10.122.1510.2.250.4.4.90.52.08 Fonte 109</i> <i>Ficha: 314. Dotação: 14.05.10.122.1510.2.250.4.4.90.52.33 Fonte 109</i>



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

**15. DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas e na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**Flores de Goiás, Goiás, 08 de abril de 2026.**

Termo de referência elaborado por:

**GESSICA  
VIEIRA DA  
SILVA:0097  
3870290**

Assinado digitalmente por GESSICA  
VIEIRA DA SILVA:00973870290  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=  
Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=  
(EM BRANCO), OU=23611907000192,  
OU=videoconferência, CN=GESSICA  
VIEIRA DA SILVA:00973870290  
Razão: Eu estou aprovando este  
documento  
Localização: Flores de Goiás  
Data: 2026.04.08 09:03:06-03'00'

**GESSICA VIEIRA DA SILVA**  
Auxiliar Administrativa - Setor de Planejamento  
Decreto n. 361/2025  
Matrícula Funcional n. 5068

De acordo com as motivações presentes nos documentos deste processo, aprovo este Termo de Referência:

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ROSEANE OLIVEIRA DE ADORNO ASSIS  
Data: 08/04/2026 08:59:17-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ROSEANE OLIVEIRA DE ADORNO ASSIS**  
Secretária Municipal de Saúde  
Decreto n. 687/2026

*\*Este campo de assinaturas é parte integrante e indispensável do Termo de Referência referente à aquisição de equipamentos e materiais permanentes – protocolo 17354/2025, não possuindo valor algum se utilizado separadamente.*





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
ADM 2025/2028

**MAPA DE RISCOS**

Nº	Risco identificado	Causa provável	Probabilidade	Impacto	Categoria	Medidas de mitigação	Responsável pela mitigação
1	Atraso na entrega dos equipamentos/materiais	Dificuldade logística ou falta de estoque do fornecedor	Média	Médio	Operacional	Cláusula de penalidade por atraso; exigência de cronograma de entrega; acompanhamento pelo fiscal	Contratada / Gestor
2	Entrega de produto fora das especificações técnicas	Falha no controle de qualidade do fornecedor	Baixa	Alto	Técnico	Exigência de teste e verificação técnica no recebimento provisório	Fiscal do contrato
3	Falha ou mau funcionamento durante o período de garantia	Defeito de fabricação ou má utilização	Média	Médio	Técnico	Garantia mínima de 12 meses;	Contratada
4	Falha na pesquisa de preços	Coleta insuficiente de cotações ou desatualizadas	Baixa	Alto	Planejamento	Pesquisa com no mínimo 3 fontes e metodologia documentada;	Departamento de Compras
5	Substituição de marcas sem equivalência comprovada	Tentativa de redução de custo pelo fornecedor	Média	Alto	Técnico	Exigir comprovação técnica e testes de desempenho equivalentes	Fiscal / Gestor
6	Atraso no pagamento	Falhas administrativas internas	Baixa	Médio	Financeiro	Controle de prazos e conferência eletrônica das NFs; fluxo de pagamento automatizado	Financeiro / Gestor
7	Resistência à fiscalização contratual	Falta de comunicação ou conflito de interpretação contratual	Baixa	Médio	Gerencial	Designar formalmente gestor e fiscal (Decreto nº 472/2025);	Autoridade contratante

GESSICA VIEIRA DA SILVA:00973870290  
Assinado digitalmente por GESSICA VIEIRA DA SILVA:00973870290  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=FPB e CPF AI: OU=ICM BRANCO, OU=23611907000192, OU=videoconferencia, CN=GESSICA VIEIRA DA SILVA:00973870290  
Razão: Eu estou aprovando este documento  
Localização: Flores de Goiás  
Data: 2026.04.08 09:04:23-03'00"

**Flores de Goiás, Goiás, 08 de abril de 2026.**

**GESSICA VIEIRA DA SILVA**  
AUXILIAR ADMINISTRATIVA - SETOR DE PLANEJAMENTO  
DECRETO N. 361/2025



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº .... /2026**

(Processo Administrativo nº 17354/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº *xx/xxxx*, QUE FAZEM  
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE FLORES DE GOIÁS, POR  
INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E  
.....

O MUNICÍPIO DE FLORES DE GOIÁS, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na Praça da Matriz, n. 44, Centro, CEP 73.890-000, Flores de Goiás, Goiás, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.479.852/0001-20, neste ato representado pela Secretária Municipal, **ROSEANE OLIVEIRA DE ADORNO ASSIS**, nomeada pelo Decreto nº 007, de 02 de janeiro de 2025, publicado no *DOM* de 07 de janeiro de 2025, portadora da Matrícula Funcional nº ....., portadora da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em .....* doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por .....* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo administrativo nº 17354/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Presencial n. 016/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES A SEREM ADQUIRIDOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DE FLORES DE GOIÁS, COM SALDOS REMANESCENTES DE RECURSOS DE INVESTIMENTOS FEDERAIS**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA FABRICANTE
01				R\$	R\$	
02				R\$	R\$	



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA FABRICANTE
03				R\$	R\$	
VALOR TOTAL:					R\$	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência deste contrato será até 31 de dezembro de 2026 contados a partir do primeiro dia útil subsequente data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**  
**([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))**

5.1. O valor total é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))**

6.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

6.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

6.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

6.5. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

6.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



**ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO  
ADM 2025/2028**

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

6.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.10. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

6.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

6.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de apresentação da proposta em **xx/xx/2026**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por termo aditivo.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.





ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**  
**(art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

13.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.1.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



ESTADO DE GOIÁS  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FLORES DE GOIÁS - GO**  
**ADM 2025/2028**

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Flores de Goiás, Goiás, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Flores de Goiás, GO, [dia] de [mês] 2026.

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1- {incluir nome, CPF e assinatura}
- 2- {incluir nome, CPF e assinatura}

*Este campo de assinaturas é parte integrante e indispensável do Contrato de Aquisição nº xxx/2026 entre as Partes acima indicadas, não possuindo valor algum se utilizado separadamente.*





## PUBLICIDADE LEGAL

(62) 3249-8883 - EDITAIS@GAZETADOESTADO.COM.BR

ASSINADO ELETRONICAMENTE  
POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL

CONFORME LEI 13.003/2018

VERIFICAÇÃO  
ACESSO: VERIFICADOR.010101.001

## MUNICÍPIO DE FLORES DE GOIÁS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026  
(Processo Administrativo 17354-2025)

O MUNICÍPIO DE FLORES DE GOIÁS, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº 01.740.497/0001-47, torna-se público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 21 de maio de 2026 às 08:01 h, em sessão pública, pelo Portal Nacional de Compras Públicas – Compras.gov.br <https://www.gov.br/compras/pt-br>, na forma da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 1.159/2024, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº 016/2026, menor preço por item, modo de disputa aberto, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES A SEREM ADQUIRIDOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DE FLORES DE GOIÁS, COM SALDOS REMANESCENTES DE RECURSOS DE INVESTIMENTOS FEDERAIS, conforme edital e documentos anexos que podem ser consultado no PNCP, no site do Município ou no Portal de Compras do Governo Federal (compras.gov.br).

Flores de Goiás, GO, 30 de abril de 2026. Publique-se.

ELAINE DOS REIS SILVA.

Agente de Contratação – Decreto n. 471/2025.

150581

**EDITAL DE LEILÃO – SEBRAE/GO**  
SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE GOIÁS - Edital de Leilão 001/2026 - Leiloeiro Lucas Rafael Antunes Moreira, JUCEG nº 77/2020, torna público LEILÃO ONLINE através do site [www.lucastleilao.com.br](http://www.lucastleilao.com.br) em 28/05/2026 a partir das 13:00 horas, seus bens 04 - TOYOTA/CCROSS RXR HYBRID e 01 VW/VIRTUS MI, Local de visitação: Pátio situado a Rua H 139 Quadra 305, lote 10 a 12 Conjunto Cidade Vera Cruz Aparecida de Goiânia, Período de visitação: 25, 26 e 27/05/2026 de 08h às 12h e das 14h às 18h, conforme edital. O edital e demais informações estão disponíveis no site do leiloeiro, na plataforma [www.ngl.com.br](http://www.ngl.com.br), ou pelo telefone 0800 242 2218.

150570

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTIANÓPOLIS  
AVISO DE LICITAÇÃO -  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 05/2026 -  
EDITAL Nº 13/2026.

O Município de Cristianópolis/GO, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, no dia 15/05/2026, às 9h da manhã (horário de Brasília), na modalidade Pregão, na forma Presencial, SRP, com critério de julgamento por Maior Desconto Percentual (%) Sobre o preço final ao consumidor (Preço na Bomba) e modo de disputa Aberto, visando à "Contratação de empresa do ramo de comércio varejista de combustíveis automotivos, para futura e eventual aquisição de combustível, destinada ao atendimento das demandas dos veículos oficiais do Município e de seus Órgãos". O caderno de licitações, composto de Edital e Anexos, poderão ser requeridos, de segunda à sexta-feira, das 7h às 11h e das 13h às 17h, na Sala da Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal, ou pelo portal da transparência do Município através do link [www.cristianopolis.go.gov.br](http://www.cristianopolis.go.gov.br). Maiores informações através do E-mail [licitacao@crislianopolis.go.gov.br](mailto:licitacao@crislianopolis.go.gov.br), Tel. (64) 99234-7102. Cristianópolis/GO, 30/04/2026. Erica Miranda Camilo/Pregoeira

150575

ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA, GOIÁS

## AVISO DE CREDENCIAMENTO EDITAL Nº 002/2026

O Fundo Municipal de Saúde de Alexânia, torna público que estará realizando o chamamento Público Edital nº 002/2026, a partir de 04/05/2026, visando o Credenciamento paralelo e não excludente, em caráter complementar, de pessoas físicas e/ou jurídicas para prestação de serviços na área da saúde, compreendendo profissionais de nível superior, nível técnico e serviços de apoio assistencial e de vigilância em saúde, destinados ao atendimento das demandas das unidades integrantes da rede municipal de saúde de Alexânia – GO. A contratação será realizada com base nos Incentivos Financeiros Federais, Estaduais e Municipais, respeitando a legislação vigente e garantindo transparência, impessoalidade e economicidade, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, na Lei nº 8.080/1990 e na Instrução Normativa nº 10/2024 do TCM/GO. Mais informações serão obtidas no Edital e anexos no site: <http://www.alexania.go.gov.br>. Fone: (62) 3336-7201, segunda a Sexta das 07h às 11h e das 13h às 17h. Alexânia, Goiás, 04 de maio de 2026.

150579

Estado de Goiás, Município de Pterolândia. Aviso de edital licitação, pregão presencial nº 011/2026. O Município de Pterolândia, por meio de seu pregoeiro e equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 033, 02/03/2026, com sede na Rua José Alves Vilela, s/n, no Centro Administrativo Municipal, na cidade de Pterolândia, Estado de Goiás, torna público que no dia 20 de maio de 2026, às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, será realizada licitação na modalidade pregão presencial, do tipo menor preço por item, para a aquisição de 01 (um) conjunto de colhedora de forragem de área total, conjugada com sistema hidráulico e tomada de força frontal para o corte de silagem de milho, processada nos autos 4562/2026. Todos os critérios e condições do certame constam deste edital e seus anexos, que se encontram afixados no placard oficial da Prefeitura e à disposição dos interessados no site [www.pterolandia.go.gov.br](http://www.pterolandia.go.gov.br), [www.diariomunicipal.com.br/bagm/](http://www.diariomunicipal.com.br/bagm/), e na Secretaria Municipal de Administração, das 08h00min às 11h00min, e das 13h00min às 17h00min, para as informações necessárias. Tudo de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021. Município de Pterolândia, 30 de abril de 2026. Nilson Gonçalves do Prado - Pregoeiro Municipal.

150580

Prefeitura Municipal de São João da Paraúna  
Aviso de Admão de Licitação -  
Pregão Presencial Edital Nº 05/2026

Publicada no dia 23 DE MARÇO no GAZETA, página nº 6, A prefeitura municipal de São João da Paraúna-GO, por intermédio do Departamento de Licitações, leva ao conhecimento dos interessados que com base no §1º do art. 55 da Lei Federal nº 14.133/21, FICA ADIADO O PREÃO PRESENCIAL 06/2026, com objeto para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS AO CHEQUE REFORMA, conforme condições, e exigências estabelecidas no Edital 06/2026. Data e horário da sessão: 09h00min do dia 14 de Maio de 2026. As demais cláusulas permanecem inalteradas. Disponibilização do edital e informações no endereço eletrônico <http://saolaodaparauna.go.gov.br>, 30 de abril de 2026, Lorrany Denise da Costa Silva Pregoeira

150572

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA  
CHAMADA PÚBLICA 06/2026

O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA GOIÁS, por meio de sua Comissão, torna público aos interessados que fará, Chamada Pública 06/2026, para Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas interessadas em conceder patrocínio de natureza financeira, material, estrutural, de serviços, logística, promocional ou equivalente ao MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA, para apoio à realização de festividades culturais, rodeios, eventos tradicionais e demais eventos oficiais do Município de Cachoeira Dourada/GO, com contrapartidas institucionais e publicitárias proporcionais. A entrega dos envelopes ocorrerá a partir do dia 04/05/2026 até 13/05/2026 na Prefeitura Municipal. O Edital estará disponível site <https://cachoeiradourada.go.gov.br>.

Cachoeira Dourada Goiás, 30 de abril de 2026.

Gabriel Rodrigues Izidoro Mesquita

Agente de Contratação

150576

Estado de Goiás, prefeitura municipal de Nova América, Aviso de Licitação edital de pregão presencial – SRP N.º 005/2026, A Prefeitura Municipal de Nova América, leva ao conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 15 de maio de 2026, a partir das 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, licitação na modalidade Pregão Presencial – Registro de Preço, objetivando a futura e eventual aquisição de equipamentos, materiais e suprimentos de tecnologia da informação e comunicação, visando atender as demandas das secretarias da Prefeitura Municipal de Nova América/GO. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, situada na Av. JK nº 329 - Centro - CEP: 76.345-000 - e-mail: [cp@novaamerica.go.gov.br](mailto:cp@novaamerica.go.gov.br), no horário de expediente e/ou pelo site: [www.novaamerica.go.gov.br](http://www.novaamerica.go.gov.br), Nova América – GO, 30 de abril de 2026, Adenir Américo Moreira - Gestor do Poder Executivo

150578

**PAX BOM JESUS**  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS E CREMÁTICA

- Serviços funerários e cremações
- Construção e reforma de túmulos
- Planos de assistência familiar
- Fotos de portretais
- Corais de honra

61 3622-7879 / 61 9 9885-7978  
Av. Alfredo Nasser Qd 70 Lt 1/3 P.E. I

[gazetadoestado.com.br](http://gazetadoestado.com.br)

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDO DE BULHÕES-GO  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2026

A Prefeitura Municipal de Leopoldo de Bulhões, Estado de Goiás, através da Comissão de Contratação, em atendimento a Lei Federal nº 14.133/2021, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 18 de maio de 2026, às 08h00min PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2026, tendo por objeto: Registro De Preço Para Aquisição Eventual E Futura De Gás Glp, Para Atender As Necessidades Das Diversas Secretarias Da Administração Municipal De Leopoldo De Bulhões-Go E Demais Órgãos De Responsabilidade Das Mesmas, Conforme Descrito No Termo De Referência Anexo I Deste Edital. Edital disponível no site [www.leopoldodebulhoes.go.gov.br](http://www.leopoldodebulhoes.go.gov.br) e também no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) maiores informações poderão ser obtidas na sala de Licitações desta Prefeitura, no horário de expediente, sendo das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, pelo Fone 62 99802-4915 ou pelo E-mail [licitacoes@gmail.com](mailto:licitacoes@gmail.com) Leopoldo de Bulhões-Go, aos 04 dias de maio de 2026, Lisandra Elita de Azevedo – Agente de Contratação.

150577

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMELO  
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026.  
REPUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Palmeiro/GO, torna público que realizará no dia 12/05/2026 às 09h, abertura da licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº1/2026. Proc. Adm nº1591/2026, do tipo menor preço global, objetivando a Contratação de empresa especializada em engenharia para execução das obras de implantação de barragem com formação de lago artificial no Ribeirão Caiapó, localizado nas coordenadas geográficas 17°19'38,53"S/ 46°25'10,47"W, destinada à reservação de água para fins paisagísticos e à regularização da vazão residual a jusante, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e todos os serviços necessários à plena execução do empreendimento. O presente aviso Trata-se de Republicação do Edital da Concorrência Eletrônica 01/2026, tendo em vista a necessidade de regularização da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. O edital e anexos, com as devidas Retificações, estarão disponíveis disponível e as propostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente, na plataforma do Bolsa Nacional De Compras – BNC, no site <https://bnc.org.br/>. Maiores informações poderão ser obtidas dentro da plataforma, bem como, junto a prefeitura pelo e-mail [licitacao@palmeiro.go.gov.br](mailto:licitacao@palmeiro.go.gov.br), de seg a sex, no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h. O Edital e anexos encontram-se disponível no site <https://palmeiro.go.gov.br/home> e no endereço <https://bnc.org.br/>, Palmeiro/GO, 30/04/2026. Verediano Ferreira de Rezende/Agente de contratação

150582

D DIVINO CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 59.587.982/0001-02, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Águas Lindas de Goiás-GO, a licença Ambiental Única – LAU para a construção de condomínios vertical de (16 unidades) situado no QUADRA 02 LOTE 05, RESIDENCIAL SOL NASCENTE e LOTE 3-A, QUADRA 27, CONJ. B, SETOR 03, PARQUE DA BARRAGEM (20 unidades) na Comarca de Águas Lindas de Goiás – GO.

150584

FITIPALDI ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 54.576.104/0001-78, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Águas Lindas de Goiás-GO, a licença Ambiental Única – LAU para a construção de condomínios vertical de (21 unidades) situado no LOTE 02-A, 02-B, 02-C, 02-D, 02-E QUADRA A-33, MANOELAS OLINDA, QD 43, CONJUNTO A, LOTE 39, SETOR 02 PARQUE DA BARRAGEM (15 unidades) na Comarca de Águas Lindas de Goiás – GO.

150585

INTIMAÇÃO  
EDITAL Nº 169/2026 CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E  
1º OFÍCIO DE NOTAS DE IPAMERIGO

Presado(a) Senhora(a),  
Na qualidade de oficial do Registro de Imóveis de Ipamerigo, segundo as atribuições conferidas pelo Art. 26 da Lei 9.514/97, bem como pelo credora do contrato habiscacional n. 04/072.696.0000409-75 emitido em 28/03/2019, registrado nas matrículas n. 1) 13053 deste Cartório, referente ao imóvel situado no(a) RUA M.S. 4 0 LT 08, QD 03 - MORADA DO SOL - IPAMERIGO - CEP: 74.475-130, 2) 13052 deste Cartório, referente ao imóvel situado no(a) RUA M.S. 4 0 LT 07, QD 03 - MORADA DO SOL - IPAMERIGO - CEP: 74.475-13, 3) 13044 deste Cartório, referente ao imóvel situado no(a) AV. M.S. 0 LT 01, QD 01 - MORADA DO SOL - IPAMERIGO - CEP: 75780-000, 4) 13069 deste Cartório, referente ao imóvel situado no(a) RUA M.S. 3 0 LT 12, QD 02 - MORADA DO SOL - IPAMERIGO - CEP: 74.475-128, 5) 13070 deste Cartório, referente ao imóvel situado no(a) RUA M.S. 3 0 LT 13, QD 02 - MORADA DO SOL - IPAMERIGO - CEP: 74.475-128 e 6) 13071 deste Cartório, referente ao imóvel situado no(a) RUA M.S. 3 0 LT 14, QD 02 - MORADA DO SOL - IPAMERIGO - CEP: 74.475-128, com saldo devedor de responsabilidade de V. S., venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais (encargos(a)) (encargos(a) vencidos(e) e não pago(s)).  
2. Informo ainda, que o valor deste(s) encargos(a), posicionado em 01/04/2026 corresponde a R\$ 2.689.537,44, sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, o(s) encargos(a) que vencer(em) no prazo desta intimação.  
2.1. Salientamos que o(s) Sr(a) poderá efetuar a purga da mora na agência da A CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF detentora do financiamento, no caso a Agência do Rio de Janeiro/RJ, dentro do prazo definido nesta intimação.  
3. Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V. S., para que se dirija a este Cartório de Registro de Imóveis, situado no(a) AVENIDA PANDÁ CALOGERAS Nº 120, CENTRO IPAMERIGO, HORÁRIOS DAS 08:00 HR ÀS 17:00 HR, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado, no prazo improrrogável de 15 dias, contados a partir desta data.  
4. Nesta oportunidade, fica V. S. S.º notificado que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de constrição da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária A CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - nos termos do Art. 26 § 7º da Lei 9.514/97.  
Atenciosamente,

RAYANY CRISTINA SOUSA DE DEUS  
ESCRIVENTE

A sua Senhora(a) o(a) Senhor(a)  
BRUNO PAULO MONTEIRO TOZATTI, CPF: 297.100.118-44  
ENDEREÇO 01: RUA M.S. 4 0 LT 08, QD 03 - MORADA DO SOL - IPAMERIGO - CEP: 74.475-130  
ENDEREÇO 02: RUA M.S. 4 0 LT 07, QD 03 - MORADA DO SOL - IPAMERIGO - CEP: 74.475-13  
ENDEREÇO 03: AV. M.S. 0 LT 01, QD 01 - MORADA DO SOL - IPAMERIGO - CEP: 75780-000  
ENDEREÇO 04: RUA M.S. 3 0 LT 12, QD 02 - MORADA DO SOL - IPAMERIGO - CEP: 74.475-128  
ENDEREÇO 05: RUA M.S. 3 0 LT 13, QD 02 - MORADA DO SOL - IPAMERIGO - CEP: 74.475-128  
ENDEREÇO 06: RUA M.S. 3 0 LT 14, QD 02 - MORADA DO SOL - IPAMERIGO - CEP: 74.475-128  
ENDEREÇO ELETRÔNICO:  
CONTATO@CONSTRUTORAMONTEIRO.COM.BR

150563

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BONFINÓPOLIS-GO  
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

O Fundo Municipal de Saúde de Bonfinópolis, Estado de Goiás, através da Comissão de Contratação, em atendimento a Lei Federal nº 14.133/2021, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 15 de maio de 2026, às 08h00min, Pregão Eletrônico Nº 04/2026, tendo por objeto: Aquisição De 01 Veículo Furção Original De Fábrica 0 Km Adaptado Para Ambulância Para Simples Remoção (Tipo A), Ano/Modelo Mínimo 2025/2026 Ou Superior, Para Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Saúde De Bonfinópolis-Go, Conforme Especificações Constantes No Termo De Referência Anexo I Deste Edital. Edital disponível no site [www.bonfinopolis.go.gov.br](http://www.bonfinopolis.go.gov.br) e [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), e também no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) Maiores informações poderão ser obtidas na sala de Licitações desta Prefeitura, no horário de expediente, sendo das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (62) 3334-1144 ou pelo E-mail [licitacao@bfn.go.gov.br](mailto:licitacao@bfn.go.gov.br) Bonfinópolis-Go, 04 dias de maio de 2026, João Paulo Evangelista Pinheiro-Agente de Contratação

150569

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÁPOLIS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2026

OBJETO: aquisição de um veículo Caminhão Coletor-Compactador de Resíduos Sólidos com carregamento traseiro, destinado exclusivamente aos serviços de coleta de lixo urbano do Município de Goianópolis/GO.  
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 07:59 horas do dia 15/05/2026.  
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:00 horas do dia 15/05/2026.  
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 15/05/2026.  
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).  
LOCAL: Plataforma Licitar Digital | Plataforma de Licitações: <https://licitar.digital/>.  
REGÊNCIA LEGAL: Lei 14.133/ 21 e alterações posteriores e demais exigências do edital.  
INFORMAÇÕES: Av. Câmara Filho, nº 353, centro, Goianópolis-GO, ou pelo telefone (62) 3341-1822, em dias úteis no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 h, ou ainda pelo site: <https://goianopolis.go.gov.br/>.  
Goianópolis, 4 de maio de 2026.  
YASMIN JORDANA MACEDO BARBOSA  
Agente de Contratação

150574

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 06/05/2026 às 16:00hrs. A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Diorama-Go, Av. Deputado José de Assis, s/n, Centro, CEP: 76.260-000, Diorama-Go, no horário de 08:00 às 11:00 e 13:00 às 16:00, em dias úteis ou pelo E-mail: [licitacao@diorama.go.gov.br](mailto:licitacao@diorama.go.gov.br), até a data limite.

O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município [https://acessoainformacao.diorama.go.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes\\_mg](https://acessoainformacao.diorama.go.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes_mg) ou na Av. Deputado José de Assis, s/n, Centro, CEP: 76.260-000, Diorama-Go, no horário das 08:00 às 11:00 e 13:00 às 16:00 de segunda a sexta feira.

Diorama-GO, 30 de abril de 2026.

**ODAIR CARLOS COSTA DOS SANTOS**

Agente de Contratação I

**Publicado por:**

Andressa Itacaramby Ferreira

**Código Identificador:**65FD50B8

**ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE FLORES DE GOIÁS**

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
AVISO DE LICITAÇÃO**

**MUNICÍPIO DE FLORES DE GOIÁS**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 013-2026**

(Processo administrativo nº 437/2026)

O MUNICIPIO DE FLORES DE GOIÁS, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº. 11.479.852/0001-20, telefone: (62) 9 9923-4154, torna-se público para conhecimento dos interessados que realizará licitação no dia **20 de maio de 2026 às 08h01min**, em sessão pública presencial, no endereço Praça Matriz, n. 44, Centro, CEP: 73.890-000, Flores de Goiás, Prédio administrativo – Sala de Licitação, na forma da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 1.159/2024, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 013/26**, menor preço, disputa aberta, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO EM SAÚDE**, conforme especificado no Termo de Referência, parte integrante do edital que encontra-se disponível no PNCP e no site do Município <https://www.portal.floresdegoias.go.gov.br/>. Flores de Goiás, GO, 30 de abril de 2026. Publique-se.

**ELAINE DOS REIS SILVA.**

Pregoeira – Decreto n. 471/2025.

**Publicado por:**

Elaine Dos Reis Silva

**Código Identificador:**2E6B5637

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
AVISO DE LICITAÇÃO**

**MUNICÍPIO DE FLORES DE GOIÁS**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026**

(Processo Administrativo 17354-2025)

O MUNICÍPIO DE FLORES DE GOIÁS, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº 01.740.497/0001-47, torna-se público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia **21 de maio de 2026 às 08:01 h**, em sessão pública, pelo Portal Nacional de Compras Públicas – [Compras.gov.br https://www.gov.br/compras/pt-br](https://www.gov.br/compras/pt-br), na forma da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 1.159/2024, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO nº 016/2026**, menor preço por item, modo de disputa aberto, para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES A SEREM ADQUIRIDOS**

**PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DE FLORES DE GOIÁS, COM SALDOS REMANESCENTES DE RECURSOS DE INVESTIMENTOS FEDERAIS**, conforme edital e documentos anexos que podem ser consultado no PNCP, no site do Município ou no Portal de Compras do Governo Federal ([compras.gov.br](https://compras.gov.br)). Flores de Goiás, GO, 30 de abril de 2026. Publique-se.

**ELAINE DOS REIS SILVA.**

Agente de Contratação – Decreto n. 471/2025.

**Publicado por:**

Elaine Dos Reis Silva

**Código Identificador:**E366F82A

**PODER EXECUTIVO  
DECRETO Nº 804/2026**

Nomeia servidor público aprovado no Concurso Público Edital nº 01/2024 para provimento de cargos efetivos do quadro de Pessoal da Prefeitura de Flores de Goiás e dá outras providências.

O PREFEITO DE FLORES DE GOIÁS, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente no art. 70, caput, inciso IX, da Lei Orgânica e art. 17, inciso I da Lei nº 418/1990,

CONSIDERANDO o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2024 homologado pelo Decreto nº 335, de 30 de setembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º — Fica nomeado(a), para os fins e efeitos legais, o(a) candidato(a) LINCOHN SERGIO ARAUJO SILVA, inscrito(a) no CPF nº 048.503.061-60, aprovado(a). no Concurso Público Edital nº 01/2024 para em caráter efetivo exercer o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, do Quadro de Pessoal regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município, para o qual foi classificado em 7º lugar.

Art. 2º - Será tornado sem efeito o presente ato de nomeação se não ocorrer à posse e/ou exercício nos prazos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Flores de Goiás - GO, 15 de abril de 2026.

**ALTRAN LOPES AVELAR NERY**

Prefeito

PUBLICADO NO PLACARD DA PREFEITURA EM 15/04/2026

**Publicado por:**

Myllena Rodrigues Mascarenha

**Código Identificador:**66ED2C2B

**PODER EXECUTIVO  
DECRETO Nº 805/2026**

Nomeia servidor público aprovado no Concurso Público Edital nº 01/2024 para provimento de cargos efetivos do quadro de Pessoal da Prefeitura de Flores de Goiás e dá outras providências.

O PREFEITO DE FLORES DE GOIÁS, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente no art. 70, caput, inciso IX, da Lei Orgânica e art. 17, inciso I da Lei nº 418/1990,

CONSIDERANDO o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2024 homologado pelo Decreto nº 335, de 30 de setembro de 2025,



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CEZARINA

AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 1/2026

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CEZARINA-GO, faz saber aos interessados que fará realizar, no dia 28 DE MAIO DE 2026 ÀS 08:00 HORAS, licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, na forma PRESENCIAL, tipo menor preço por lote, regulado pelo edital e seus anexos. A presente licitação tem como objeto a Contratação de empresa especializada para a execução de obras de ADEQUAÇÕES, REPAROS E TROCA DO TELHADO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CEZARINA/GO conforme Emendas Estaduais de nº 618/2024 e nº 1015.8/2025, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. O edital poderá ser retirado pelo site: <https://cezarina.go.gov.br/>, maiores informações poderão serem obtidas na sede da Prefeitura (Rua Rui Barbosa, nº 159, Centro, Cezarina-GO), no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo telefone (64)3543-1819.

Cezarina, 30 de abril de 2026.  
OLDECI VIEIRA FRANCO JUNIOR  
Agente de Contratação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE OCIDENTAL

## AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 3/2026

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA QUE ATUE NA ÁREA DA SAÚDE COM ESTRUTURA PRÓPRIA E ADEQUADA PARA ATENDIMENTO "IN LOCO", VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE À POPULAÇÃO EM AÇÕES ITINERANTES, A QUAL SERÁ PROMOVIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CIDADE OCIDENTAL. O MUNICÍPIO DE CIDADE OCIDENTAL-GO, por meio da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 36.862.621/0001-21, com sede na SQ 10, Quadra 08, Centro, Cidade Ocidental/GO, CEP 72880-000, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, torna público, para conhecimento dos interessados, que credenciará Pessoa Jurídica que atue na área da saúde com estrutura própria e adequada para atendimento "in loco", visando a execução de serviços assistenciais de saúde à população em ações itinerantes. 4.1. Os interessados poderão realizar o credenciamento a partir de 05 de maio de 2026 até 05 de junho de 2026, ou até que se esgote o saldo definido neste Edital, através de requerimento/protocolo da documentação (habilitação e proposta) diretamente no setor de Compras e Credenciamento da Sede da Secretaria de Saúde, SQ 10, Quadra 08, Centro, Cidade Ocidental/GO, CEP 72880-000, no horário das 8h às 17h ou pelo e-mail: [credenciamentosauda.co@gmail.com](mailto:credenciamentosauda.co@gmail.com). Alessandro Fernandes de Oliveira - Gestor do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2026

O Governo Municipal de Cidade Ocidental, estado de Goiás, torna público a PUBLICAÇÃO para realização do PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2026 - SRP, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de mudas de flores, forração, mudas de hortaliças, plantas ornamentais, adubos e insumos agrícolas, destinados a atender às demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cidade Ocidental/GO. O certame acontecerá no dia 18/05/2026 às 09h00. Comunica, portanto que o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site eletrônico <https://www.cidadeocidental.go.gov.br/>, através do provedor <https://www.bll.org.br> e no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Demais informações pelo telefone (61) 99621-9592 ou pelo e-mail [cpl.cidadeocidental@gmail.com](mailto:cpl.cidadeocidental@gmail.com). Gilberto Monteiro - Secretário de Compras, Licitação e Contratos.

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2025  
Repúblicação

O Governo Municipal de Cidade Ocidental, estado de Goiás, torna público a REPUBLICAÇÃO para realização do PREGÃO ELETRÔNICO nº 063/2025, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para contratação de empresa especializada para aquisição de uma caminhonete tipo Pick-Up zero e uma SUV 0km para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência e Cidadania e Secretaria Municipal de Segurança Pública. O certame acontecerá no dia 14/05/2026 às 09h00. Comunica, portanto que o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site eletrônico <https://www.cidadeocidental.go.gov.br/>, através do provedor <https://www.bll.org.br> e no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Demais informações pelo telefone (61) 99621-9592 ou pelo e-mail [cpl.cidadeocidental@gmail.com](mailto:cpl.cidadeocidental@gmail.com).

GILBERTO MONTEIRO  
Secretário de Compras, Licitação e Contratos.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO OURO

## EXTRATO DE APOSTILAMENTO

número do contrato: 086/2026, processo administrativo nº 4.006/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Córrego do Ouro/GO, CNPJ: 02.321.115/0001-03. Contratada: Werkos Engenharia LTDA - CNPJ: 28.204.488/0001-98. Objeto do contrato original: contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução das obras de construção de 25 (vinte e cinco) unidades habitacionais de interesse social no Município de Córrego do Ouro - GO. Objeto do apostilamento: correção de erro material para adequar o valor global do contrato, em conformidade com a planilha orçamentária oficial. Valor anterior: R\$ 3.250.000,00 (três milhões, duzentos e cinquenta mil reais). Valor corrigido: R\$ 3.250.095,67 (três milhões, duzentos e cinquenta mil, noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos). Fundamento legal: art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Data da assinatura: 27/04/2026. Danilo Marcos dos Santos - Prefeito Municipal. Córrego do Ouro - GO, 30 de abril de 2026.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DE GOIÁS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026

Processo Administrativo 17354-2025

O MUNICÍPIO DE FLORES DE GOIÁS, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº 01.740.497/0001-47, torna-se público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 21 de maio de 2026 às 08:01 h, em sessão pública, pelo Portal Nacional de Compras Públicas - Compras.gov.br <https://www.gov.br/compras/pt-br>, na forma da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 1.159/2024, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº 016/2026, menor preço por item, modo de disputa aberto, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES A SEREM ADQUIRIDOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DE FLORES DE GOIÁS, COM SALDOS REMANESCENTES DE RECURSOS DE INVESTIMENTOS FEDERAIS, conforme edital e documentos anexos que podem ser consultado no PNCP, no site do Município ou no Portal de Compras do Governo Federal ([compras.gov.br](https://compras.gov.br)). Publique-se.

Flores de Goiás/GO, 30 de abril de 2026.  
ELAINE DOS REIS SILVA  
Agente de Contratação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÁPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2026

OBJETO: aquisição de um veículo Caminhão Coletor-Compactador de Resíduos Sólidos com carregamento traseiro, destinado exclusivamente aos serviços de coleta de lixo urbano do Município de Goianápolis/GO.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 07:59 horas do dia 15/05/2026.  
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:00 horas do dia 15/05/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 15/05/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).  
LOCAL: Plataforma Licitat Digital | Plataforma de Licitações: <https://licitat.digital/>.

REGÊNCIA LEGAL: Lei 14.133/ 21 e alterações posteriores e demais exigências do edital.  
INFORMAÇÕES: Av. Câmara Filho, nº 353, centro, Goianápolis-GO, ou pelo telefone (62) 3341-1882, em dias úteis no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 h, ou ainda pelo site: <https://goianapolis.go.gov.br/>.

Goianápolis, 4 de maio de 2026.  
YASMIM JORDANA MACEDO BARBOSA  
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃOAVISO DE ADIAMENTO  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90003/2026

O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da Secretária Municipal de Articulação Institucional e Captação, nomeada pelo Decreto Pessoal publicado na edição do Diário Oficial do Município nº 8762 do dia 17/04/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como alterações posteriores, AVISA aos interessados que a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90003/2026, objeto do Processo nº 25.9.000000801-8, oriundo da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos - SEMASDH, cujo objeto é a "contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a construção de 01 (uma) Unidade do Centro Comunitário pela Vida - CONVIVE, custeada com Recurso Federal da União por meio do Termo de Compromisso nº 967834/2024 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em atendimento à Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos - SEMASDH, e demais condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos", com abertura prevista para o dia 12/05/2026, às 10:00 horas, FICA ADIADA PARA O DIA 03 DE JUNHO DE 2026 às 10:00 horas,

motivado por interesse da Administração. Os interessados poderão no horário das 08h às 12h e das 14h às 17h, nos dias normais de expediente, obter demais informações, na Secretaria Municipal de Articulação Institucional e Captação - SECAP, situada na Avenida do Cerrado n.º 999, Bloco - E, Térreo, Park Lozandes, Goiânia, Goiás ou pelo site [www.goiania.go.gov.br](http://www.goiania.go.gov.br). Fone: (62) 3416-2678/1102, e-mail: [licitacao.secap@goiania.go.gov.br](mailto:licitacao.secap@goiania.go.gov.br).

Goianápolis, 23 de abril de 2026.  
DANIELLE GOMES DE OLIVEIRA  
Secretária Municipal de Articulação Institucional

AVISO DE ADIAMENTO  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90004/2026

O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da Secretária Municipal de Articulação Institucional e Captação, nomeada pelo Decreto Pessoal publicado na edição do Diário Oficial do Município nº 8762 do dia 17/04/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como alterações posteriores, AVISA aos interessados que a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90004/2026, objeto do Processo nº 26.9.000000045-5, oriundo da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SEINFRA, cujo objeto é a "contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a canalização do Córrego Cascavel, Trecho entre as Avenidas Padre Wendel a Avenida Leste Oeste, no município de Goiânia - Goiás, em atendimento à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SEINFRA, e demais condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos", com abertura prevista para o dia 19/05/2025, às 10:00 horas, FICA ADIADA PARA O DIA 21 DE MAIO DE 2026, às 10:00h, motivado por interesse da Administração. Os interessados poderão no horário das 08h às 12h e das 14h às 17h, nos dias normais de expediente, obter demais informações, na Secretaria Municipal de Articulação Institucional e Captação - SECAP, situada na Avenida do Cerrado n.º 999, Bloco - E, Térreo, Park Lozandes, Goiânia, Goiás ou pelo site [www.goiania.go.gov.br](http://www.goiania.go.gov.br). Fone: (62) 3416-2678/1102, e-mail: [licitacao.secap@goiania.go.gov.br](mailto:licitacao.secap@goiania.go.gov.br).

Goianápolis, 24 de abril de 2026.  
DANIELLE GOMES DE OLIVEIRA  
Secretária Municipal de Articulação Institucional e

## PREFEITURA MUNICIPAL DE HIDROLÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2026

O Município de Hidrolândia/GO, torna público que fará realizar às 09:00 horas do dia 21 DE MAIO DE 2026, pelo BNC - Banco Nacional de Contratações, em sessão pública, na forma da Lei Federal 14.133/2021, bem como demais normas específicas, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, com a finalidade de contratação de prestação de serviços de locação de veículos, do tipo ônibus destinados ao transporte escolar de alunos matriculados na rede pública de ensino de Hidrolândia-Go.

A documentação completa e seus anexos poderão ser examinados no endereço acima mencionado no horário de 07:00 às 11:00 e de 13:00 às 17:00 ou no site [www.hidrolandia.go.gov.br](http://www.hidrolandia.go.gov.br) ou via e-mail: [licitacoescontratos.hdd@gmail.com](mailto:licitacoescontratos.hdd@gmail.com)

Hidrolândia/GO, 30 de Abril de 2026.  
MARIA LUIZA FERNANDES DE SOUZA  
Agente de Contratação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE INHUMAS

## AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO Nº 1292/2026

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE INHUMAS, ESTADO DE GOIÁS, através da Secretaria de Gestão, torna pública o aviso de agendamento da licitação Dispensa nº 1292/2026, do tipo menor preço UNITÁRIO, regido pela Lei Federal n. 14.133/21, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES (SMART TVS E APARELHOS DE AR CONDICIONADO), UTILIZANDO RECURSOS ORIUNDOS DA PARLAMENTAR IMPOSITIVA Nº 0221, DEP. VIRMOMDES CRUVINEL, conforme Aviso de Dispensa e Anexos, publicado no site oficial do Município de Inhumas e no PNCP. Fundamento Legal: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021. Período para envio de propostas: 27/03/2026 às 01h00min até 06/04/2026 às 17h00min. E-mail para envio das propostas e documentos de habilitação: [licitacaoofmeinhumas@gmail.com](mailto:licitacaoofmeinhumas@gmail.com). Inhumas-GO

WANESSA SILVA MENDONÇA LOURENÇO  
Agente de Contratação





**Processo nº:** 17354/2025

**Interessado:** Fundo Municipal de Saúde de Flores de Goiás.

**Assunto:** Pregão eletrônico.

## **PARECER JURÍDICO**

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO. AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI Nº 14.133/2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 1.159/2024. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO E DAS MINUTAS. RESSALVAS E/OU RECOMENDAÇÕES.

### **I - RELATÓRIO**

1. Trata o presente expediente de processo administrativo que tem por finalidade a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DE FLORES DE GOIÁS, COM SALDOS REMANESCENTES DE RECURSOS DE INVESTIMENTOS FEDERAIS**, mediante licitação pública, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.
2. Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica:
  - I) Minuta do Edital;
  - II) Minuta do termo de contrato e anexos;
3. É a síntese do necessário.

### **II - ANÁLISE JURÍDICA**

#### **II.1 - Finalidade e abrangência do parecer jurídico**

4. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

*Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*

*§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:*

*I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;*

*II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;*

5. Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº



07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União, que aplico por analogia a esse Município:

*Enunciado BPC nº 7*

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

6. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. De igual forma, se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

7. De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

8. Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

## II.2 - Limites e instâncias de governança

9. No presente caso, o valor estimado da contratação é de **R\$ 255.532,36 (duzentos cinquenta e cinco mil, quinhentos trinta e dois reais, trinta e seis centavos)**, e o órgão assessorado certificou que o objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

10. Reiteramos que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos.

## II.3 - Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade

11. As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010).

12. No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante o fornecimento e o recolhimento dos produtos, bem como a incidência de normas especiais de comercialização ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), que são requisitos previstos na legislação de regência ou em leis especiais (ex.: arts. 66 e 67, IV, da Lei n. 14.133, de 2021).

13. São aspectos indispensáveis do planejamento da contratação a abordagem econômica, social, ambiental e cultural das ações de sustentabilidade. O órgão assessorado deve: a) avaliar se há incidência de





critérios de sustentabilidade no caso concreto; b) indicar as dimensões dessa incidência; e c) definir condições para sua aplicação.

14. Na escolha de produtos, nos termos do inciso XI do art. 7º da Lei n. 12.305, de 2010, deve-se priorizar: produtos que podem gerar menos perdas; ser recicláveis; ser mais duráveis; que possuam menos substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde; e que consumam menos recursos naturais na sua produção.

15. Na especificação técnica do objeto a ser adquirido, recomendamos, como subsídio, a utilização do Catálogo de Materiais Sustentáveis do Ministério da Economia. O CATMAT Sustentável permite identificar itens de materiais sustentáveis que poderão ser adquiridos em substituição a itens similares.

16. Acresça-se que é obrigação do gestor público, antes do encaminhamento do processo administrativo para parecer jurídico, a consulta e a inserção nas minutas correspondentes das previsões legais constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o qual já foi citado como exemplo de boa prática administrativa pelo Tribunal de Contas da União, conforme acórdão 1056/2017-Plenário.

17. Registre-se que há possibilidade, mediante motivação administrativa constante do processo administrativo, de serem inseridos outros requisitos de sustentabilidade além dos legalmente, desde que observados os demais princípios licitatórios.

18. Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições:

- a) definir os critérios sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial;
- b) verificar se os critérios sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

19. Cabe ao órgão assessorado a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos bens a serem adquiridos e serviços a serem contratados. Se a Administração entender que a contratação não se sujeita aos critérios de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

20. Assim, resume-se a obrigatoriedade dos órgãos contratantes:

I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;

II. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;

III. Recomenda-se aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas, que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, aplicável como fonte de orientação a este Município.

21. Estabelecidas estas orientações introdutórias, imprescindíveis para compreensão da amplitude do tema, segue-se detalhamento no tocante às providências em relação ao desenvolvimento sustentável no Estudo Técnico Preliminar; na descrição da necessidade da contratação; no levantamento de mercado e a consideração da vantajosidade, na definição do objeto e em relação ao Termo de Referência.

#### **II.4 - Planejamento da contratação**

22. A Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu que fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput



do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no caput do art. 18.

23. O artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

- I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;*
- II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*
- III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;*
- IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;*
- V - a elaboração do edital de licitação;*
- VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;*
- VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;*
- VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*
- IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;*
- X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;*
- XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.*

24. Referido dispositivo é complementado por seu parágrafo primeiro, que dispõe sobre os elementos do Estudo Técnico Preliminar. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa. Neste sentido, ressalte-se que a identificação da necessidade administrativa deve considerar também o desenvolvimento nacional sustentável, que é princípio e objetivo das licitações (artigo 5º e artigo 11, IV, da Lei nº 14.133, de 2021), conforme detalhamentos abaixo. Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial. Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.

25. Alguns dos elementos serão abaixo examinados.

#### **II.4.1 - Estudo Técnico Preliminar - ETP**

26. No presente caso, os servidores da área técnica e requisitante elaboraram o estudo técnico preliminar. Apesar de se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, ele aparentemente contém as previsões necessárias, relacionadas no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.



#### **II.4.2 - Análise de Riscos**

27. No presente caso, foi juntado aos autos o Mapa de Riscos, o que atende ao art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **II.4.3 - Orçamento Estimado e Pesquisa de Preços**

28. No presente caso, foi realizada a estimativa do valor da contratação, com indicação da observância do parâmetro previsto nos incisos II e III do art. 23, §1º da Lei nº 14.133, de 2021, materializada pelo documento denominado de mapa de cotação.

#### **II.4.4 - Termo de Referência**

29. O termo de referência foi juntado aos autos e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie, contemplando as exigências do artigo 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021:

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*(...)*

*XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:*

*a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;*

*b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;*

*c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*

*d) requisitos da contratação;*

*e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;*

*f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;*

*g) critérios de medição e de pagamento;*

*h) forma e critérios de seleção do fornecedor;*

*i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;*

*j) adequação orçamentária;*

*(...)*

#### **II.4.5 - Da Natureza Comum do Objeto da Licitação**

30. Compete à administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum, haja vista que a licitação por pregão somente é obrigatória para *aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto*, conforme consta do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133, de 2021.

31. A definição de bens e serviços comuns pode ser extraída diretamente da Lei nº 14.133, de 2021, que apresenta tal conceito nos seguintes termos:

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*(...)*

*XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;*

*(...)*

32. No caso concreto, a Administração considerou a natureza comum do objeto da licitação.



#### **II.4.6 - Informação Sobre o Regime de Fornecimento**

33. Os documentos de planejamento da contratação devem tratar do regime de fornecimento de bens, observados os potenciais de economia de escala, cujos impactos podem afetar a decisão sobre o parcelamento ou não do objeto, que será abordado mais adiante.

34. No caso concreto, o regime de fornecimento foi suficientemente explicitado, sendo conveniente ressaltar que tratar-se de contratação com aquisição a ser realizada em remessa única ou parcelada.

#### **II.4.7. Aquisição de Bem de Consumo que se Enquadra como Bem de Luxo**

35. De acordo com o art. 20 da Lei nº 14.133, de 2021, não é admitida a aquisição de artigos de luxo, tendo os §§ 1º e 2º tratado da necessidade de regulamentação do tema:

*Art. 20. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo. Regulamento (Vigência)*

*§ 1º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário definirão em regulamento os limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo.*

*§ 2º A partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da promulgação desta Lei, novas compras de bens de consumo só poderão ser efetivadas com a edição, pela autoridade competente, do regulamento a que se refere o § 1º deste artigo.*

*§ 3º (VETADO).*

36. No entanto, não será enquadrado como bem de luxo aquele que: I - for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza; ou II - tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade.

37. No caso concreto, a Administração não pretende promover a aquisição de bem de consumo de luxo.

#### **II.4.8 - Indicação de Marca ou Modelo**

38. Quanto à eventual indicação de marca ou modelo, cabe salientar que lei admite tal possibilidade de forma excepcional, por representar restrição à ampla competitividade do certame.

39. O artigo 41 da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta as hipóteses em que será possível a indicação de marca ou modelo:

*Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:*

*I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:*

*a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;*

*b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;*

*c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;*

*d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;*

40. Ocorre que a indicação de marca/modelo não basta para a exclusão das demais opções do mercado, sendo certa a possibilidade de realização, pelo interessado, de prova de qualidade de produto similar, conforme disciplinado no artigo 42 da Lei nº 14.133, de 2021:

*Art. 42. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:*



*I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;*

*II - declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;*

*III - certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.*

*§ 1º O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).*

*§ 2º A Administração poderá, nos termos do edital de licitação, oferecer protótipo do objeto pretendido e exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras do licitante provisoriamente vencedor, para atender a diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar contrato.*

*§ 3º No interesse da Administração, as amostras a que se refere o § 2º deste artigo poderão ser examinadas por instituição com reputação ético-profissional na especialidade do objeto, previamente indicada no edital.*

41. Ainda sobre indicação de marca, também deve ser considerada a vedação do artigo 40, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021, que, ao tratar do parcelamento, destaca sua inadequação quando o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

42. Por outro lado, nada impede que a Administração efetive a indicação de marca/modelo, quando for necessária como parâmetro ou referência para as especificações qualitativas do objeto, para facilitação de sua identificação, sendo conveniente, neste caso, vir acompanhada das expressões “equivalente, similar ou de melhor qualidade”.

43. De tudo o que foi apresentado, fica a constatação de que a marca não poderá ser indicada como o objeto da contratação em si. Ou seja, o administrador não poderá externar sua preferência por contratação de certa marca, a seu talante, sem a correspondente motivação técnica objetiva e fundamentada. Portanto, a referência à marca deve ser consequência das características específicas do objeto, e não seu pressuposto, sob pena de indevida restrição da licitação e quebra da isonomia dos licitantes.

44. No caso concreto, a Administração **não** promoveu a indicação de marca/modelo.

#### **II.4.9 - Vedação de Marca ou Produto**

45. O art. 41, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, contempla a possibilidade de a Administração vedar a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual.

46. No caso concreto, a Administração **não** fez vedação à contratação de marca ou produto.

#### **II.4.10 - Condições de Aquisição e Pagamento semelhantes às do Setor Privado**

47. De acordo com o art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, na fase de planejamento da contratação a Administração deve cuidar para que o planejamento de compras considere condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, devendo tal cautela ser demonstrada ou certificada nos documentos de planejamento.

48. No caso concreto, o tema não foi tratado na fase de planejamento, sendo conveniente ressaltar que não representa prejuízo para a presente contratação.





#### **II.4.11 - Condições de Execução e Pagamento, das Garantias Exigidas e Ofertadas e das Condições de Recebimento**

49. O art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, exige que a fase de planejamento da contratação contemple as condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento, sendo certo que sua definição envolve algum juízo de conveniência e oportunidade a ser realizado pelo administrador.

50. No caso concreto, o tema foi tratado de forma suficiente no termo de referência, sendo conveniente destacar que não foi exigida garantia para presente contratação.

#### **II.4.12 - Modalidade, Critério de Julgamento e Modo de Disputa**

51. Com base na exigência do art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, é possível concluir que a fase de planejamento deve abordar as razões que conduzem a definição de elementos aptos a conduzir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

52. Desse modo, com base na premissa de busca pela proposta mais vantajosa, deve o planejamento da contratação conter informações sobre:

- I) modalidade de licitação;
- II) critério de julgamento;
- III) modo de disputa; e
- IV) adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros.

53. No caso concreto, o tema foi tratado na fase de planejamento.

#### **II.4.13 - Objetividade das Exigências de Qualificação Técnica**

54. Enquanto a habilitação profissional procura investigar se o licitante tem experiência anterior na execução de parcela relevante do objeto, a habilitação operacional visa verificar se o licitante reúne condições de executar o objeto na dimensão que ele (o objeto) possui.

55. A exigência de qualificação técnica-profissional é mais comum em obras e serviços de engenharia, mas não é vedada nos demais objetos. Caso se entenda indispensável à garantia do adimplemento das obrigações (conforme art. 37, XXI, da Constituição Federal), então será necessário especificar de forma clara e expressa de qual parcela do objeto será exigida comprovação de experiência anterior, e por meio de qual profissional(is), para permitir o julgamento objetivo quanto ao atendimento da exigência na fase de habilitação do certame. O requisito legal a ser observado é que esta parcela claramente especificada represente ao menos 4% do valor estimado da contratação, conforme art. 67, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

56. Já a comprovação da qualificação técnica-operacional costuma ser exigida na generalidade dos casos, e afere a capacidade de gestão do licitante de executar o objeto licitatório. Por isso é indispensável indicar quantitativos mínimos a serem comprovados, até o limite de 50% do quantitativo previsto, conforme art. 67, §2º da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **II.4.14 - Adequação Orçamentária**

57. Conforme se extrai do caput do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se também com as leis orçamentárias.



58. A existência de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal. Nesse ponto, convém citar o artigo 10, inciso IX, da Lei 8.429, de 1992, e o art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021:

*Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)*

*(...)*

*IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;*

*(...)*

*Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, **no momento da contratação e a cada exercício financeiro**, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. (grifou-se)*

59. Cabe também alertar para que, caso se trate de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa, seja anexada a estimativa do impacto orçamentário no exercício e nos dois subsequentes, bem como a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

60. No caso concreto, a Administração informou a despesa decorrente da contratação está devidamente prevista nas leis orçamentárias.

## **II.5 - Minuta de Edital**

61. A minuta de edital foi juntada aos autos e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie, conforme o artigo 25 da Lei nº 14.133, de 2021, que trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de edital, tendo seu §1º expressamente autorizado a utilização de minutas padronizadas, nas situações em que o objeto assim permitir.

## **II.6 - Da Restrição a Participação de Interessados no Certame**

62. O art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, veda expressamente que o agente público admita, preveja, inclua ou tolere qualquer tipo de restrição que comprometa ou frustre o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas e consórcios.

63. Também é vedado o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou, ainda, a inclusão de regras que sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato.

64. O agente público também não poderá estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional, conforme previsão do inciso II do art. 9º.

65. Especificamente em relação a consórcios, a Lei nº 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:

*Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:*

*I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;*



*II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;*

*III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;*

*IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;*

*V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.*

*§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção.*

*§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.*

*§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do **caput** deste artigo.*

*§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.*

*§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.*

66. No que se refere a cooperativas, a Lei nº 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:

*Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:*  
*I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;*

*II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;*

*III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;*

*IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.*

67. Diante do exposto, qualquer vedação a participação de interessados na licitação, inclusive cooperativas e consórcios, deverá ser justificada no processo.

68. No caso concreto, observa-se que o edital não prevê restrição a participação de interessados.

## **II.7 - Da Participação de ME, EPP e COOPERATIVAS**

69. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, foi previsto tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno nas contratações públicas de bens, serviços e obras, sendo certo que o entendimento aqui apresentado é aplicável também a cooperativas equiparadas.

### *Licitação Exclusiva*

70. O art. 6º do referido Decreto estabelece que, nos itens ou lotes de licitação cujo valor esteja abaixo de R\$ 80.000,00, a participação no processo licitatório deve ser exclusivamente destinada às microempresas e empresas de pequeno porte.



### *Cota reservada*

71. Conforme previsão do art. 48, inciso III, da Lei Complementar 123, de 2006, e do art. 8º do Decreto nº 8.538, de 2015, na aquisição de bem de natureza divisível, quando os itens ou lotes de licitação possuírem valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá ser reservada cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

72. Em relação às cotas exclusivas, identificam-se alguns requisitos que condicionam seu uso:

I) Em primeiro, a adoção da cota de 25% apenas será aplicável em certames para aquisição de bens, não sendo admitida tal restrição competitiva em licitações para contratação de serviços ou obras; e

II) Em segundo, esses bens devem possuir natureza divisível. Esta divisibilidade está relacionada ao item, e não à pretensão contratual como um todo. Assim, a cota exclusiva apenas pode ser utilizada caso fosse possível a cisão do item, sem prejuízo à licitação.

### *Do afastamento da licitação exclusiva e cota reservada*

73. A adoção de certame exclusivo para ME/EPP (e equiparados) ou mesmo as cotas de 25% podem ser afastadas. A própria LC 123/2006 estipulou situações que justificam a não adoção, nesses certames, de competitividade restrita.

*Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:*

*I - (Revogado);*

*II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;*

*III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;*

*IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.*

### *Tratamento diferenciado a ME e EPP de natureza facultativa*

74. Há, ainda, previsão facultativa de estabelecimento, nos instrumentos convocatórios:

I) de exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015;

II) de prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido nos termos do art. 9º, II, do Decreto nº 8.538, de 2015.

### *Previsões da Lei n. 14.133, de 2021 sobre tratamento diferenciado a ME e EPP*

75. Inicialmente, convém registrar que a Lei nº 14.133, de 2021, inovou ao abordar sobre o tratamento diferenciado a ser conferido a ME, EPP e Cooperativas equiparadas. Por elucidativo, segue transcrição do art. 4º da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

*Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

*§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:*

*I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;*



*II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

*§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.*

*§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.*

76. Desse modo, para além da observância às regras dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, é preciso estar claro que o tratamento diferenciado de que tratam tais normas não serão aplicados em relação a licitações que envolvam:

I) item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; e

II) no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, quando o valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

77. Adicionalmente, devem ser observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 3º, acima transcritos, que tratam dos critérios para aferição dos limites de valor estabelecidos no § 1º.

78. No caso concreto, a minuta de edital revela que a Administração realizará licitação com tratamento diferenciado para ME, EPP e Cooperativas assemelhadas.

## **II.8 - Minuta de Termo de Contrato**

79. A minuta de termo de contrato foi juntada aos autos e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie.

80. Observa-se que a minuta está conforme o artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021, que trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de termo de contrato, sendo que o artigo 25, seu §1º, expressamente autoriza a utilização de minuta padronizada de termo de contrato, nas situações em que o objeto assim permitir.

## **II.9 - Designação de Agentes Públicos**

81. No presente caso, foram juntados aos autos o Decreto de designação do agente de contratação e da equipe de apoio (Decreto nº. 471/2025), conforme os arts. 7º e 8º da Lei nº 14.133, de 2021, tratam da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, conforme se extrai das normas abaixo transcritas:

*Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:*

*I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;*

*II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e*

*III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.*

*§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.*





*§ 2º O disposto no caput e no § 1º deste artigo, inclusive os requisitos estabelecidos, também se aplica aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.*

*Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.*

*§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.*

*§ 2º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.*

*§ 3º As regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei. (Regulamento) Vigência*

*§ 4º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.*

*§ 5º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.*

82. As regras do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, também apresentam algumas limitações a serem observadas no caso concreto:

*§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.*

*§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.*

83. O Decreto nº 1.157, de 17 de janeiro de 2024, por sua vez, trata das regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, bem como sobre o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos.

84. Desse modo, para além da observância aos dispositivos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.246, de 2022, deve a Administração cuidar para que as normas internas sejam observadas na tramitação processual.

85. No caso concreto, os documentos que integram o planejamento da contratação apontam para o atendimento às regras citadas acima.

## **II.10 - Publicidade do Edital e do Termo do Contrato**

86. Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Goiás - DOM e em Jornal Diário de Grande Circulação, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

87. Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.



### III - CONCLUSÃO

88. Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo.

89. À consideração superior.

Flores de Goiás - GO, 30 de abril de 2026.

**MILENA  
MAURICIO  
MOURA**

Assinado de forma digital por  
MILENA MAURICIO MOURA  
DN: cn=MILENA MAURICIO MOURA,  
o, ou,  
email=mlenammoura@gmail.com,  
c=BR  
Dados: 2026.04.30 15:06:16 -03'00'

**Milena Maurício Moura**  
Assessora Jurídica  
OAB-GO 27.004  
Contrato n.º. 596/2023  
(assinado digitalmente)

*Este campo de assinaturas é parte integrante e indispensável do Parecer jurídico do processo administrativo n.º 17354/2025, não possuindo valor algum se utilizado separadamente.*